

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 8.395

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Edilson Massocco

**BLOCO PARLAMENTAR
UNIÃO POR SANTA CATARINA
UB/PSD/PTB**

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos
UB PSD
Jair Miotto Napoleão Bernardes
Delegado Egídio

**BLOCO PARLAMENTAR
SOCIAL DEMOCRÁTICO
MDB/PSDB**

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos
MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

**BLOCO PARLAMENTAR
DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO
SOCIAL E IGUALDADE
PT/PDT**

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos
PT PDT
Fabiano da Luz

**BLOCO PARLAMENTAR
PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS**

Líder: Sergio Motta
Liderança dos Partidos
PODEMOS NOVO
Lucas Neves
REPUBLICANOS

**PARTIDO PROGRESSISTA
PP**

Líder: Pepê Collaço

**PARTIDO SOCIALISMO
E LIBERDADE
PSOL**

Líder: Marquito

**PARTIDO LIBERAL
PL**

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Lima
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto
Pepê Collaço
Sergio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Ivan Naatz
Emerson Stein
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mario Motta
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Lunelli

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mario Motta
Carlos Humberto
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mario Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco - Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira
Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Oscar Gutz - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Marquito

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Oscar Gutz
Emerson Stein
Altair Silva

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva - Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Oscar Gutz
Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Sargento Lima
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mario Motta - Presidente
Tiago Zilli - Vice-Presidente
Sergio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Massocco
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Sergio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Maurício Peixer
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos Dos Santos Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 44 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÕES PLENÁRIAS.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES. 12</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 34</p> <p>PROJETOS DE LEI..... 34</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 35</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 35</p> <p>ATOS DA MESA..... 35</p> <p>PORTARIAS..... 37</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 43</p> <p>EXTRATO..... 43</p>
---	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha – Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto – Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) – Discorre sobre a Lei n. 16.473/14, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias em Santa Catarina, informando que esta lei veda a comercialização de itens como isotônicos, água, barras de cereais e energéticos, por exemplo. No entanto, chama a sua atenção o fato de que, ao chegar a grandes redes de estabelecimentos farmacêuticos, sempre encontra esses itens para consumo. Assim sendo, informa que elaborou uma pesquisa junto ao seu gabinete para entender o porquê destas redes comercializarem os itens e pequenos estabelecimentos não. Concluiu que as grandes redes conseguem ter a conveniência por garantirem, através de Mandado de Segurança, a liberação pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Relata que o mesmo dificilmente acontece com os pequenos farmacêuticos, aquele do interior, tradicional, individual, dos bairros catarinenses, pois, em sua maioria, eles não têm recursos para contratar advogados e conseguir um mandado de segurança.

Desta forma, preocupado com a burocracia estatal e tentando fazer justiça ao pequeno comerciante, comunica que protocolou o PL n. 275/23, que altera a legislação acima citada para que os estabelecimentos farmacêuticos não precisem mais ir até o Tribunal de Justiça em busca da liberação. Pede a atenção dos seus colegas para que deem celeridade ao projeto. *[Taquígrafia: Milyane]*

DEPUTADO EMERSON STEIN (Orador) – Cumprimenta os vereadores mirins de Itapema, alunos da Escola de Educação Básica Leopoldo José Guerreiro, e a todos que visitam o Legislativo.

Parabeniza o Governador pelo lançamento do Programa “Estrada Boa”, que trará mais de R\$1 bilhão de investimentos lançados nas rodovias estaduais de Santa Catarina, que ficaram em segundo plano nos governos anteriores. Destaca que as mesmas transportam a nossa economia e riqueza, ressaltando que é uma ação muito importante, pois vai ajudar a evitar acidentes, perda de vidas, além de ser uma medida que está sendo reivindicada por toda a população de vários municípios catarinenses.

Informa que está feliz com a iniciativa do Governo estadual, pois serão realizados novos convênios, revendo a realidade na saúde, na educação, no turismo, porque o Estado merece respeito e olhar diferenciado do Governo federal. Santa Catarina vai fazer jus ao nome “Santa e Bela Catarina”.

Também elogia o trabalho do Detran, um órgão que está sendo tratado com respeito pelo ex-Deputado Kennedy Nunes, que está realizando uma administração com transparência, onde o sistema está sendo renovado, com um serviço de eficiência. (Procede à apresentação de vídeo que mostra as inovações que lá estão ocorrendo.) *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Comenta a reportagem feita pela jornalista Mariana Passuello, do jornal *NSC Total*, sobre o aumento do índice de pessoas obesas em Santa Catarina nos últimos anos, devido a vários fatores, como ascensão das redes sociais, alimentação, ansiedade e depressão. Discorre sobre a dificuldade de mobilidade dessas pessoas, transporte adequado, para buscarem atendimento médico. Afirma que, através de um pedido de informação enviado à Secretária de Estado da Saúde, soube que o Estado não tinha ambulância preparada para atender pacientes com obesidade grau 3.

Comunica que a secretária Carmen Zanotto entregou 21 novas ambulâncias, dia 24 de julho, dentre elas uma adaptada para o transporte de pacientes com obesidade graus 1, 2 e 3, fabricada para atendê-las, que ficará baseada na Grande Florianópolis, comemora o deputado. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO DELEGADO EGÍDIO (Orador) – Apresenta um vídeo em plenário, antes de sua fala, o qual traz a notícia do policial militar da ROTA de São Paulo que foi morto a tiros por criminosos. Discorre que, após a morte deste policial e o confronto por agentes de segurança com esses criminosos, o Ministro da Justiça veio a público dizer que a ação é desproporcional ao crime cometido.

Traz dados de que em todo o Brasil o número de homicídios contra policiais aumentou em 30%, e lembra que Santa Catarina é o Estado mais seguro do país. Cita que a Polícia Militar e Civil catarinense é muito bem treinada, e que caso haja mortes por parte dos criminosos é porque estes optaram pelo confronto. Reforça que, mesmo Santa Catarina vivendo uma situação diferente de outros estados da Federação, é responsabilidade de todos não fecharem os olhos.

Deputado Carlos Humberto (Aparteante) – Diz estar feliz em ouvir do deputado este pronunciamento de que em Santa Catarina criminosos não serão tratados com privilégios e, sim, como criminosos que são. *[Taquígrafa: Guilherme]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Suspende a sessão para divulgar o Dia do Diácono Permanente, pelo Vereador Ricardo; e na sequência a divulgação da Festa Nacional da Maçã no município de São Joaquim, pela vice-Prefeita e a realeza.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADO LUNELLI (Orador) – Ressalta o apoio desta Casa para aprovar uma moção de apelo, solicitando a revogação do decreto assinado pelo Presidente Lula, que inviabiliza os clubes de tiro esportivo, desrespeita a tradição de regiões do Estado e também tira o direito do cidadão brasileiro se defender. Salaria que uma sociedade com número maior de cidadãos de bem, armados legalmente, representa um risco para os criminosos.

Menciona o grande número de atletas do tiro esportivo, um esporte olímpico, aqui no Estado, que ficarão sem poder treinar para as competições, muitos deles poderão desistir de praticar. Afirma haver também uma ameaça de desrespeito à tradição das sociedades de tiro existentes em regiões do Estado.

Fala da inclusão de novas armas com o calibre restrito, como o calibre 38, deixando os profissionais que as usam, em suas atividades, em uma situação complicada. Declara-se contra o decreto e a favor da cultura, do esporte e das tradições.

Deputado Emerson Stein (Aparteante) – Parabeniza o deputado pelo tema e esclarece que essa ação deixa mais pessoas desempregadas, e que clubes de tiro já estão fechando suas portas. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) – Comenta sobre o debate que está acontecendo no STF a respeito das aposentadorias dos ex-governadores do país. Como autor da PEC que revoga as aposentadorias dos ex-governadores de Santa Catarina, o deputado explica, com base na lei e na Constituição, que a aposentadoria era ilegal e inconstitucional, por colidir fundamentalmente com o artigo n. 37 da Constituição Federal, que veda qualquer vinculação ou equiparação de qualquer espécie remuneratória para o pessoal do serviço público. Com base na sua detalhada explicação, o deputado afirma que o debate no STF não causará efeito em Santa Catarina. Entende que o recurso deve ser cortado e solicitado a devolução dos salários indevidamente pagos aos ex-governadores. *[Taquígrafia: Northon]*

Partido: PSOL

DEPUTADO MARQUITO (Orador) – Alerta sobre a urgência de criar ações efetivas para a situação das mudanças climáticas por conta da degradação ambiental. Relata que esteve na posse do secretário de Meio Ambiente, nomeado apenas oito meses após o início do governo.

Enaltece a posição do atual Governo Federal no debate global em relação a medidas referentes ao enfrentamento ao desmatamento. Demonstra preocupação com os biomas do país, dando destaque à Mata Atlântica. Apresenta dados, mostrando que Santa Catarina é o quarto Estado do país com maior área de Mata Atlântica de pé, porém registrou o terceiro maior índice de desmatamento no país entre os meses de outubro de 2021 e dezembro 2022. Comenta que a Mata Atlântica é fundamental para a vida, água, biodiversidade e atividades econômicas que acontecem no Estado. Afirma sobre a necessidade de construir um plano estratégico para proteger a Mata Atlântica em diálogo com os setores da sociedade catarinense. *[Taquígrafia: Northon]*

DEPUTADO OSCAR GUTZ (Orador) – Menciona o nome de pessoas presentes, na sessão, que são tiaoenses, e dirige-se a elas ressaltando a importância de assistirem, na Casa, o que acontece pelo Estado, como o que ouviram, há pouco, sobre a aposentadoria dos ex-Governadores. Fala do quanto eles têm que trabalhar na roça, como ele que também foi um colono, ou no comércio e na indústria para sustentar isso, ver um dinheiro mal aplicado.

Agradece ao Governador Jorginho Mello e a sua equipe que agora irá lançar o Programa Estrada Boa, reformando as rodovias para não haver mais perda de vidas e acidentes. Assim sendo, reforça o pedido para que olhe com carinho, coloque nesse projeto, a rodovia entre Rio do Sul e Alfredo Wagner, a SC-114 e a SC-427. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até a Ordem do Dia, às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que fará uma inversão de pauta para apreciação de alguns dos projetos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0164/2023, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser celebrada entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0291/2023, de autoria do Governador do Estado, que regulamenta as Transferências Especiais Voluntárias (TEV) de que trata o § 3º do art. 123 da Constituição do Estado aos Municípios do Estado.

Ao presente projeto foi apresentada emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação; e de Assuntos Municipais.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. deputados: Massocco, Marcius Machado, Jessé Lopes, Jair Miotto, Maurício Eskudlark, doutor Vicente Caropreso, Lunelli e Julio Garcia.

Em votação.

Manifestaram-se pela ordem, para justificativa de voto, os srs. deputados: Volnei Weber, Carlos Humberto, Matheus Cadorin, Massocco e Marquito.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O senhor Presidente consulta os senhores líderes para fazer a discussão em conjunto dos vetos a seguir.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 0022/2023, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/2022, que "Altera a Lei Complementar nº 202, de 2000, que 'Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências', para o fim de adequar dispositivos relativos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto e pela deliberação em Plenário.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Massocco, Julio Garcia e Carlos Humberto.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

não

DEPUTADO CAMILO MARTINS

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO

não

DEPUTADO DELEGADO EGIDIO

não

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

não

DEPUTADO EMERSON STEIN

não

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

não

DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LUCAS NEVES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	não
DEPUTADO MARQUITO	não
DEPUTADO MASSOCCO	não
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO TIAGO ZILLI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos nenhum voto "sim", 29 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 0024/2023, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 032/2022, que "Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (PROCTCE/SC) e adota outras providências".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação em Plenário.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Massocco, Julio Garcia e Carlos Humberto.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO CAMILO MARTINS	
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	não
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO EMERSON STEIN	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LUCAS NEVES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	não
DEPUTADO MARQUITO	não
DEPUTADO MASSOCCO	não
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO TIAGO ZILLI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos nenhum voto “sim”, 29 votos “não” e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, que altera o § 1º do art. 45 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para dispor sobre a convocação de suplente de Deputado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Massocco para encaminhamento de voto.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO CAMILO MARTINS	
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	sim
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno. [Taquígrafa: Rubia]

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h47, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 16h47, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha – Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto – Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, que altera o § 1º do art. 45 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para dispor sobre a convocação de suplente de Deputado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

sim

DEPUTADO CAMILO MARTINS

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO

sim

DEPUTADO DELEGADO EGIDIO

sim

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

sim

DEPUTADO EMERSON STEIN

sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

sim

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

sim

DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	sim
DEPUTADO MARQUITO	
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em segundo turno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0164/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0291/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Rubia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) – Discursa sobre a situação delicada que vive o setor leiteiro no Brasil, com ênfase em Santa Catarina.

Discorre que o período da entressafra, a dificuldade que o inverno trás para as lavouras, aumentando o custo de produção e as quedas do preço contribuem para a crise do setor. Registra que em Santa Catarina o Oeste é responsável por 80% da produção e é justamente a região que mais sofre com a presente estação.

Outro motivo que desestimula o setor é a alta importação da Argentina e do Uruguai, explica que isso tem atrapalhado a manutenção da atividade dos produtores brasileiros. Apresenta dados demonstrando que medidas aplicadas, durante o Governo Bolsonaro, contribuíram para a crise do sistema leiteiro.

Informa que o Governo Lula tem se reunido com seus ministros, objetivando amenizar esta crise e alavancar o setor nacional. Comunica que a CONAB irá investir R\$100 milhões na compra de leite dos produtores brasileiros, buscando equilibrar a desigualdade existente e dar uma segurança aos agricultores. Registra também que o Governo irá revogar parte da Resolução n. 353, na busca por dificultar a importação.

Frisa que os deputados estaduais também estão buscando melhorias para o setor, como a discussão referente à incidência do ICMS, e um projeto de lei que irá favorecer o produtor com linhas de crédito, parcerias para a aquisição de maquinário e capacitação para os agricultores.

Outra questão abordada foi à recomendação da Embrapa para a criação de vazios sanitários como forma de combater a ferrugem que atinge o Sul do país e proteja a safra de soja da proliferação desta praga.

Deputado Marquito (Aparteante) – Parabeniza o deputado pelo pronunciamento e enfatiza a necessidade da população se preocupar cada vez mais em criar mecanismos para os vazios sanitários em relação às pragas e doenças na agricultura. *[Taquigrafia: Milyane]*

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) – Faz considerações sobre o censo demográfico realizado pelo IBGE, que foi publicado, sobre os últimos 12 anos do nosso país. Informa que, pelos dados divulgados, o Brasil cresceu em população 6,5%, é o menor índice de crescimento desde 1872. Porém, registra que Santa Catarina cresceu 21,78%, foi o segundo Estado que mais cresceu, citando que as cidades catarinenses que mais cresceram foram: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Palhoça, Criciúma, Jaraguá do Sul, Lages, Brusque, Balneário Camboriú, Tubarão, Navegantes e Itapema. Portanto, devido a esses dados, faz uma observação, afirmando que o aumento da população implica em número maior de representantes na Câmara dos Deputados, e também no envio de recursos que são destinados ao Estado catarinense pela União. Alerta também que Santa Catarina precisa se preparar com mais suportes nas áreas da saúde, educação, e principalmente nas rodovias. Por isso, compartilha que está feliz com o anúncio do Governador Jorginho Mello, que irá aplicar recursos para o Programa de Rodovias no Estado. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MARQUITO (Orador) – Tece comentários a respeito da audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Turismo, realizada na semana passada, que tratou o tema “Turismo de Base Comunitária” como uma estratégia para o desenvolvimento do turismo e da valorização das comunidades locais e tradicionais do Estado catarinense, bem como subsidiar o seu relatório final da matéria que tramita na Alesc - de autoria da Deputada Paulinha, que visa regulamentar a lei estadual da mencionada atividade. Faz um breve relato da referida audiência, onde se fizeram presentes representantes do Governo do Estado, de Imbituba, Florianópolis, Garopaba, Bombinhas e de municípios da Serra catarinense. Em tempo, fala de um exemplo que acontece no Estado de Santa Catarina - a Acolhida na Colônia, que desenvolve turismo de base comunitária há mais de 20 anos, salientando o trabalho realizado na transição de agricultores da produção com veneno para a produção agroecológica, bem como a questão de hospedagem na casa do agricultor, ou próximo ao local, para vivenciar um dia a dia na agricultura, o que irá incrementar a renda dos agricultores. Finaliza o seu pronunciamento exibindo “slides” e fotos para mostrar atividades do turismo de base comunitária da região de Florianópolis. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Faz o seu discurso sobre a passagem do “Agosto Lilás”, que foi criado como forma de reforçar o combate à violência contra a mulher. Cita dados do Observatório da Violência contra a Mulher, que mostram que o Estado registrou 35 feminicídios em 2023 e cerca de 14 mil medidas protetivas ativas. Lembra o papel importante da Lei Maria da Penha, que através da lei de sua autoria que criou o programa “Maria da Penha Vai à Escola”, divulga a referida lei aos estudantes, através de vários recursos de comunicação. Ressalta a importância em resgatar a vida das mulheres que sofrem violência, garantindo punição aos agressores e possibilitando o atendimento

humanizado às vítimas, afirmando que é fundamental discutir e lembrar a data, como forma de erradicar efetivamente todo o tipo de violência contra às mulheres. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 24 de março de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Sargento Lima e Deputado Tiago Zilli, com a justificativa de ausência da Deputada Luciane Carminatti, conforme Ofício Interno N° 388/2023/. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 2ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação de todos as atas: da 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura e; da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, com as Comissões: de Constituição e justiça, Finanças e Tributação, do Trabalho, da Administração e Serviço Público, as quais foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Pepê Collaço para relatoria do PL./0282/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que permite a função de piloto de aeronaves aviões e helicópteros serem exercidas por praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito do Estado de Santa Catarina, solicitando diligência para a SAP e Aprasc, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente iniciou a discussão sobre a questão das execuções penais no Estado, atendendo o RCC/002/2023, de autoria do senhor Deputado Sargento Lima e aprovado por esta Comissão, com a presença do Promotor de Justiça, Jádel da Silva Júnior, e o representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado, Reni Machado Filho, que representou a desembargadora Cíntia Schaefer, cuja íntegra segue: **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes)** – Dando continuidade, primeiramente eu convido o autor do requerimento que solicitou a discussão sobre a questão das execuções penais no Estado, Deputado Sargento Lima, para fazer uma introdução. **O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** – Muito obrigado, Presidente Deputado Jessé Lopes. Bom dia a todos os Deputados que nos acompanham e também a todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pelas respectivas mídias digitais. Quero comunicar que no mês de abril, em relação aos adventos acontecidos na cidade de Blumenau, levantou-se uma questão que tomou conta das páginas dos jornais, principalmente na coluna policial, do fato da tragédia acontecida em Blumenau que culminou na morte de crianças aqui no Estado de Santa Catarina. E, antes disso, haviam sido construídas, dentro de um grupo de trabalho nosso na cidade de Joinville, discussões acerca dos critérios para a concessão de progressão de regime. Então, essa é uma introdução que eu estou fazendo para explicar o porquê deste requerimento feito a vossa excelência, Deputado Jessé Lopes, para um convite à senhora Desembargadora, doutora Cíntia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (GMF). Discutir esse assunto é muito importante para gente, porque ele é muito mais abrangente do que simplesmente discutir fatos que já foram tão revirados e remexidos, exatamente como o que aconteceu em Blumenau. A nossa preocupação vai muito além disso. A doutora Desembargadora não pôde se fazer aqui presente, pois ela está com problema de saúde. Eu acredito que não só este Deputado, mas toda a Casa deseja a ela uma pronta recuperação. Contudo, ela enviou aqui uma pessoa do próprio GMF para representá-la nesta reunião. Quero também ser muito agradecido ao Promotor de Justiça, senhor Jádel da Silva Júnior, representando nesta ocasião o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, senhor Fábio de Souza Trajano. Seja muito bem-vindo, é uma alegria para a gente recebê-lo aqui. Essa discussão gira em torno dos critérios para a concessão de progressão de regime e outros benefícios que o apenado tem. Gostaria de dizer que na cidade de Joinville, juntamente com a Secretaria da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), do Secretário

Edenilson Schelbauer, nós estamos começando um projeto-piloto na cidade de Joinville, construído a várias mãos dentro da cidade, onde a nossa intenção é colocar à disposição de todos os apenados a oportunidade de 100% da população carcerária ser atendida pela oportunidade de trabalho. Então nós queremos chegar nesse ponto dentro da penitenciária de Joinville, e já começamos com a recuperação do prédio do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt; já estamos em tratativas com o Município, através do Hospital São José, que no dia de ontem e no dia de hoje já tem apenados trabalhando lá dentro, no Hospital Hans Dieter Schmidt, que é um hospital estadual, nosso Hospital Regional, já fazendo pequenos reparos como lixando paredes e construindo. *[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]*. A nossa intenção é fazer essa força-tarefa para colocar 100% dos presos trabalhando. Isso beneficia o Estado, porque torna mais barato e quanto mais dias trabalhados, ele consegue atingir as metas que são cobradas para a progressão de regime e, desta forma, ele já pode estar sendo devolvido para a sociedade, deixando de ser um custo a mais para o Estado, estando ele nessa condição de interno ou semi-interno dentro do sistema. Essa é a principal ideia, mas também livrar os prédios públicos da situação de estar passando por um difícil processo de contratação através de licitação, fica mais barato e rápido e a gente está fazendo um bom trabalho social. Porém, é importante salientar, e tenho plena consciência e acredito que todos aqui tenham, de que, sim, é necessária a atividade laboral para o preso, isso faz bem para ele, porque trabalha o seu processo de ressocialização, o que é importantíssimo para todos nós. Porém, por outro lado, não podemos colocar o direito do apenado acima do direito da vítima, precisa estar em pé de igualdade, tanto o direito do apenado quanto o direito da vítima. Nós temos números assustadores quando se trata de violência infantil, principalmente da violência sexual, pois que 80% dos crimes sexuais contra crianças são praticados por pessoas do seu convívio familiar, do seu entorno, são pessoas que fazem parte do dia a dia dessa criança, e isso faz com que tenhamos uma preocupação de fiscalização, de regulação, de buscar outras maneiras de se estudar a progressão de regime no que se trata desse tipo de crime. Também nós tivemos em 2021 e em 2022 números alarmantes no que diz respeito à violência doméstica, temos casos de mulheres que perderam a sua vida na mão dos seus esposos e companheiros, os quais tinham um número exagerado de passagens, inclusive pelo mesmo delito. Nós tivemos o homicídio de uma senhora na cidade de Itajaí em que o companheiro dela tinha 76 passagens pela polícia e várias dessas passagens eram também de violência doméstica. Então estamos preocupados, lógico, para garantir os direitos do apenado, para que ele seja ressocializado, para que diminua o custo do Estado e esse recurso que sobra possa ser mais bem investido em outras áreas, como educação, segurança, e que a gente consiga ter cadeias vazias, esse é o nosso objetivo no futuro e que deve ser de cada um dos sete milhões de catarinenses, preocupar-se em que nós tenhamos cadeias vazias. Eu sei que é utópico tudo isso, mas trabalhando sério a gente pode se aproximar disso. Em relação à violência doméstica, aí, sim, fazer questionamentos a vossa excelência e à doutora Cinthia no sentido de saber se existe uma observação especial na hora de conceder o benefício da “saidinha”, da progressão; se está realmente sendo criterioso, pois podemos estar colocando alguém que é perigoso na rua novamente. Porque pode-se falar assim: simplesmente se cumpre a lei. Temos ações da Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que tem atribuições de fiscalizar e monitorar, e pela Resolução 214/2015, tem de coordenar e articular integração de ações de órgãos públicos e entidades com atribuições sobre a inserção social de presos, egressos do sistema prisional e cumpridores de penas e medidas alternativas. Então, estamos fazendo o nosso papel, que não é simplesmente fazer aquilo que está na lei. Olha, deu o prazo, deu o tempo, solta-se o sujeito sem um critério, sem avaliar se ele realmente é um risco para onde ele está voltando. Inclusive também questionar a vítima, ela tem que ser envolvida nesse processo antes de colocar o indivíduo na rua. É perguntar se realmente é um risco. Tem que ser dado o mesmo direito, o mesmo ouvido que é debruçado em direção ao preso, ao apenado, tem que ser debruçado também em direção à própria vítima. Gostaríamos de abrir esse diálogo aqui, mais tarde até ter uma segunda linha, ou criação de uma Frente Parlamentar, ou fazer isso aqui nas reuniões da Comissão de Segurança Pública, fica até mais barato para o pagador de impostos, para o contribuinte, se pudermos utilizar esse espaço, Presidente da Comissão, Deputado Jessé, para realizar reuniões acerca disso a fim de ver se realmente está-se debruçando em cima dos casos de indivíduos que são notoriamente perigosos, que são realmente um risco para a sociedade, porque se ele está simplesmente cumprindo o seu requisito dentro do bom comportamento – se ficar deitado dentro da cadeia o dia inteiro, isso já é um bom comportamento, né, mas não quer dizer que houve uma progressão dele

como indivíduo –, se ele simplesmente ficar sentado lá dentro, tranquilo, é bom comportamento, mas não se envolver em confusão não quer dizer que você deixa de ser um risco dentro do sistema, né? [Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão: Siomara G. Videira]. E esse benefício estendido do trabalho também ser uma forma de recompensa àqueles que realmente demonstram, por meio ali da sessão que é feita dentro do sistema com psicólogo, com acesso ao estudo, com acesso ao trabalho, se realmente está sendo compensatório isso, porque senão a gente pode estar também criando um gasto a mais para o Estado, e o resultado não está sendo efetivo lá no final. Então convidei a doutora e vossa excelência também aqui presente para poder falar assim: como está sendo analisado, se é caso por caso ou simplesmente, de forma bem sucinta, cumpriu o prazo vai para a progressão, acabou. Parabéns! Vai para a frente. Então é esse tipo de coisa que a gente quer conversar com o senhor. E o [caso] de Blumenau, se não me falha a memória, ele teve uma tentativa de homicídio, pena de seis anos na mínima, vinte anos na máxima, contra o próprio pai dele. Ele já deu indícios que qualquer psicólogo, acredito eu, iria falar assim: “Olha, esse sujeito é perigoso, ele esfaqueou um cão antes de fazer isso”, depois, posteriormente foi preso com posse de droga. E o que ele estava fazendo na rua? Se simplesmente cumprir o prazo ou se analisou: olha, um sujeito que esfaqueia um cachorro, esfaqueia o próprio pai. Esses são questionamentos, não estou falando do caso, mesmo porque ele não é objeto de estudo aqui, mas o que nós podemos apresentar a Santa Catarina daqui para frente para avaliar melhor caso a caso acredita que temos condições de fazer isso. **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes)** – Obrigado, Deputado Lima. Passamos a palavra ao integrante da Coordenadoria de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional, excelentíssimo senhor Reni Machado Filho, neste ato representando a senhora Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (GMF). **O SR. RENI MACHADO FILHO** – (O senhor Reni Machado Filho inicia a sua manifestação falando fora do microfone. Inaudível.) Na ausência da Desembargadora e em função do tema, nós alinhamos com o Ministério Público para uma manifestação uma nesse sentido, uma vez que a Desembargadora está ausente. O tema pode ser encaminhado pelo Ministério Público à luz do que já foi e é encaminhado no âmbito do grupo de monitoramento de fiscalização do sistema prisional. Prefira ser assim para que haja um pronunciamento oficial também e formal nesse sentido. Tudo mais, pela ausência da Desembargadora, poderá depois ser comunicado à Comissão de maneira formal e até uma manifestação nesse sentido, perfeito? Fico à disposição para dados ou para complementos nesse sentido. **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes)** – Passo a palavra para o Promotor de Justiça Jádel da Silva Júnior, neste ato representando o senhor Fábio da Silva Trajano, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público. **O SR. PROMOTOR JÁDEL DA SILVA JÚNIOR** – Obrigado, Presidente Deputado Jessé. Cumprimento todos os Deputados aqui presentes e todos que nos assistem. Quero dizer que é um privilégio poder participar de uma reunião como esta, tendo temas de tamanha relevância e que justamente tem como tema central a segurança pública no Estado de Santa Catarina. Então agradeço bastante o convite que foi destinado ao Ministério Público e, a pedido do doutor Fábio de Souza Trajano, estou aqui para representar a instituição. E a partir do que me foi repassado também pelo doutor Reni, que intermedia também a posição da Desembargadora Cínthia, farei algumas considerações a respeito da experiência que a gente tem nessa relação com o GMF, com a Desembargadora Cínthia, com os Desembargadores que sempre integraram esse importante órgão do Poder Judiciário catarinense. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi]. Inicialmente eu quero dizer que sou Promotor de Justiça, integrei também o grupo do doutor Fernando Comin, como coordenador do Centro de Apoio Criminal e da Segurança Pública. Hoje estou na 40ª Promotoria de Justiça, aqui da Capital, que tem como atribuição a defesa da segurança pública, isso até mesmo em âmbito estadual, tenho também como atribuição o controle externo da atividade policial, nós exercemos também o enfrentamento aos crimes de racismo e outras formas de intolerância em nível estadual. Fui mantido na coordenação estadual do núcleo especial de enfrentamento ou de atendimento às vítimas de crimes, uma coordenação estadual, portanto nós criamos esse núcleo de atendimento a todas as vítimas de crimes, que funciona desde o ano passado, já atendemos cerca de quatrocentas e trinta e poucas vítimas nesse período. Por isso que os temas que foram aqui pautados vem ao encontro justamente de toda essa atividade que viemos desenvolvendo. Um detalhe interessante, aqui eu faço uma conexão também com o que foi proposto pelo Reni e pela Desembargadora Cínthia, é que nesse período no Centro de Apoio Criminal e da Segurança Pública, eu fiquei lá por seis anos e vi todo esse período, nós realizamos diversas atividades que trataram justamente dos temas que foram aqui

muito bem relatados pelo Deputado Sargento Lima, são temas realmente centrais, essenciais, medulares, eu diria, e que precisa de uma atenção dia de todos nós. Esse grupo do GMF, do qual eu participei também por seis anos, realiza uma atividade que me parece extremamente importante e que tem servido, vamos dizer assim, um sentido de reunir todas as autoridades, todos os representantes dos mais diversos órgãos de segurança pública, em especial aqueles que estão na cúpula da própria Secretaria de Administração Prisional. Nesses anos nós temos tratado de diversos temas sempre em conjunto, todas as decisões, claro, a última palavra da Desembargadora Cíntia, todos são assuntos que são compartilhados, dialogados e discutidos entre todos nós, ali com a presença sempre do Ministério Público de representantes do Poder Judiciário, inclusive a Desembargadora Cíntia, da própria Secretaria de Administração Prisional, eventualmente da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Defensoria Pública e também da OAB, mas mais centrados também nessas representações de órgãos de segurança pública e do sistema de justiça. A respeito desses temas que foram aqui repassados, relatados pelo Deputado Sargento Lima, são vários aqui que eu me recordo, progressão de regime, saída temporária, quais os critérios que tem sido adotado para isso, se é algo mais automatizado, se é objeto de uma análise mais cuidadosa e algo que me parece extremamente importante, além desses também, mas algo que diz respeito a toda atividade que eu tenho também realizado nos últimos anos é o cuidado que se deve ter com a vítima. Nós temos trabalhado nesses últimos anos justamente naquilo que vossa excelência acabou de retratar, a necessidade de que exista um equilíbrio de tratamento, um equilíbrio de atenção, de acolhimento entre a pessoa que está sendo investigada, acusada e condenada e também com a vítima. Essa preocupação com a vítima em todas essas fases do sistema de justiça precisa estar envolvida, precisa estar incluída nisso, precisa ser também o protagonista de todo esse processo. Nós percebemos de um tempo para cá e ainda, infelizmente, isso nós ainda percebemos, a vítima não recebe o devido cuidado, a devida atenção e o protagonismo que merece. Muitas vezes colocado sempre numa situação como objeto de prova e não como sujeito de direitos. [Transcrição e Revisão: Grazielle da Silva]. Com relação a isso eu vou fazer só um retrato bastante rápido, Presidente, se me permite, primeiro com relação à segurança pública de forma geral. Nesse período todo de seis anos junto com o GMF nós temos algumas preocupações - vou até sintetizar bem essa parte, porque são várias questões, mas algumas em especial - por exemplo, nós temos percebido e isso tem afetado bastante as ações da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Poder Judiciário, que é justamente com algumas decisões que têm sido proferidas nos últimos anos pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal. O que tem nos deixado bastante, assim, preocupados com relação ao direcionamento dessas decisões. São decisões que tem afetado justamente algumas operações da Polícia Militar e também da Polícia Civil e que tem proporcionado a anulação de vários desses processos e colocado, evidentemente, em liberdade diversos indivíduos. Em razão disso, o GMF, o Ministério Público, o Poder Judiciário, etc., já tivemos reuniões seguidas com o Comandante Geral da Polícia Militar, em especial com o Comandante Pontes, agora com o Comandante atual, mas, no período do Comandante Coronel Pontes tivemos algumas reuniões para tratarmos justamente de questões relacionadas ao ingresso em residências sem o flagrante. De que forma nós podemos construir isso, de modo a prevenir possível nulidade mais adiante. Isso tem tido reflexos, essas decisões, que nós temos tido conhecimento, do STJ, e afetado, impactado diretamente a segurança pública. Com relação ao uso de câmeras por parte dos policiais, nós também temos tratado disso. Eu participei de várias reuniões com os próprios policiais militares que estão lá na ponta, e eles me repassaram também preocupações com relação ao uso dessas câmeras. E tratamos também com o comando a necessidade de talvez nós revermos um pouco o uso dessas câmeras, a forma como nós vamos utilizá-la, quais os protocolos que podem ser adotados, o tipo de equipamento que está sendo utilizado. Porque temos percebido também, pela palavra dos próprios policiais que estão lá na ponta, e que realizam as operações, é que essas imagens têm sido mais para julgá-los do que para aqueles envolvidos na operação, na prática criminosa. Então, nós nos detivemos bastante com relação a essa parte, e estamos instaurando um procedimento administrativo na nossa Promotoria, justamente para retomarmos esse tema das câmeras com o Comando Geral. Bom, essa é uma das questões relacionadas à segurança pública. Com relação à execução penal, é um dos temas prioritários do GMF, da Desembargadora Cíntia, e foi também do Desembargador Leopoldo Brüggemann e dos demais que coordenaram e estiveram à frente do GMF, sempre nessa atividade histórica de parceria com o Ministério Público e as demais instituições. Evidentemente que esses temas sempre foram abordados nessas reuniões, assim como a preocupação também com esses que vossa excelência aqui muito bem retratou. A questão da progressão de regime,

evidentemente é prevista na Lei de Execução Penal, da qual nós não temos muito que nos separar, vamos dizer assim, com relação àquilo que já é previsto. É o comando que vem dessa legislação que temos que atender, embora nós tenhamos o juízo crítico. E vários são os países, ou talvez a maioria dos países, desde os Estados Unidos e países da Europa, por exemplo, que tem restrições severas com relação à progressão de regime. Não é o caso do Brasil, que traz uma série de situações que permitem essa progressão. No entanto, para que um preso receba uma progressão, passa necessariamente por um pedido por parte de um Defensor Público, da OAB, do próprio Ministério Público, ou por uma iniciativa de ofício por parte da Administração Prisional, porque, com o controle do tempo de cumprimento da pena, esse indivíduo, em tese, por critério objetivo de cumprimento de pena, já teria direito à progressão. No entanto, para que o Magistrado tome ao final uma decisão progredindo o indivíduo de regime, é necessário que a Administração Prisional apresente um relatório circunstanciado a respeito daquele indivíduo, trazendo critérios subjetivos com relação a comportamento e tudo mais, qual o crime que ele cometeu, se ele se envolveu em outras situações dentro da unidade prisional, etc., as suas informações de natureza pessoal, individual, do seu comportamento ali na unidade prisional. Com base nesses dados, o Magistrado dá vistas ao Ministério Público, que aprecia tanto esses critérios objetivos como os subjetivos e dá o seu parecer favorável ou não à progressão de regime. E depois deve ser encaminhado ao Magistrado ou Magistrada, que daí profere a sua decisão. Portanto, são situações que demandam estudo prévio da Administração Prisional, porque o Magistrado não tem, em geral, conhecimento mais detalhado a respeito, e precisa desse relatório circunstanciado. É claro que as visitas técnicas que são realizadas pelo Magistrado e pelo Promotor também proporcionam dados que podem ser agregados a essa decisão. Com relação à progressão de regime, seria isso, ou seja, não se dá. Pelo menos é o que está previsto na LEP, pelo menos é o conhecimento que nós temos e o que é orientado por nós, lá no Ministério Público e pelo GMF aos Magistrados, o cuidado que se deve ter com relação a esse relatório que vem da Administração Prisional. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva]. Com relação à saída temporária, é o mesmo critério. Um detalhe interessante é que raros também são os países de democracia, vamos dizer assim, mais avançada ou mais antiga que adotam a saída temporária. Raros são os países, os Estados Unidos não adota, os países da Europa não adotam, com exceção do Reino Unido e da Irlanda, em uma situação excepcional de Natal, mas não como essa situação mais flexível, eu diria, que é concedida pelo Brasil. Eles priorizam o livramento condicional, ou seja, o retorno do preso ao convívio familiar, comunitário etc. Isso acontece não por meio de saída temporária, mas por meio do livramento condicional e este, para ser concedido, passa por um tempo considerável de cumprimento de pena, para depois ser concedido. Em alguns países, no mínimo, metade da pena tem que ser cumprida, mas a grande maioria é que pelo menos 60% da pena tem que ser cumprida para que o sujeito tenha direito ao livramento condicional e recebe também um nível de monitoramento bastante profissional, inclusive com órgão próprio para isso, funcionando como nós bem sabemos. Com relação à saída temporária, eu vou retomar aqui, existe também a Lei de Execução Penal (LEP), alguns critérios que precisam ser observados e esses critérios são observados pelos Magistrados e pelos Promotores de Justiça. Da mesma forma que para se conceder uma saída temporária é necessário que a administração prisional apresente um relatório circunstanciado a respeito da condição do sujeito, sejam os seus antecedentes criminais. Isso é repassado para o Promotor, é juntado aos autos, os antecedentes criminais desse sujeito, qualquer situação envolvendo, por exemplo, boletim de ocorrência instaurado, se há certidão de reincidência etc. Qual o comportamento desse sujeito na unidade prisional? Se ele já recebeu alguma falta grave, se já foi punido administrativamente, ou não? Qual a sua relação com os policiais penais e com os demais indivíduos que estão cumprindo pena? Uma série de situações e a partir disso o Magistrado vai proferir a sua decisão, e também depois de ouvir o Ministério Público. Então existe um critério, um procedimento que é adotado. É claro que depois nós vamos abordar como que se dá esse relatório, não é isso? E quem vai poder falar mais a respeito desse relatório circunstanciado, que é entregue para o Magistrado e para o Promotor de Justiça, é a própria administração prisional, a Secretaria de Administração Prisional e o Departamento de Administração Prisional (Deap) pode nos esclarecer um pouco melhor e dar detalhes daquilo que é fornecido aos Magistrados e aos Promotores de Justiça, para lhes proporcionar a decisão. Por isso a minha sugestão, se me permite humildemente, vossa excelência, Presidente, talvez possa ser interessante nas próximas reuniões trazer a SAP aqui, o Deap, para que possam nos esclarecer de que forma são fornecidos esses relatórios, em especial naquele caso que vossa excelência aqui retratou, que acabou levando aquele indivíduo, que se encontrava preso, a realizar aquela atrocidade

em Blumenau. De que maneira foi proporcionado esse relatório? Um detalhe interessante também é que mesmo tendo o relatório, mesmo tendo critérios objetivos e subjetivos para serem apreciados, tudo depende da interpretação do Magistrado e do Promotor, não há critérios matemáticos ali, há critérios que vêm da própria concepção e da interpretação do Magistrado, não é só a lei – como vossa excelência muito bem mencionou – que traz os critérios, mas a análise subjetiva disso passa pela cabeça do Magistrado e do membro do Ministério Público, então ali há um conteúdo bastante importante que precisa ser analisado. No entanto, sabemos que para o Magistrado e para o Promotor de Justiça há aquela prerrogativa de independência funcional e que cabe ao Promotor, cabe ao Magistrado, dentro dessa independência funcional, proferir a interpretação que bem lhes cabe, claro que devidamente fundamentada, e bem fundamentada, tem que ser para apreciar se aquele sujeito que foi colocado em liberdade, por exemplo, no seu caso pontual, e acabou praticando aquelas infrações, o que possa ter levado o Magistrado e o Promotor de Justiça a concederem-lhe a liberdade provisória. O que pode ter autorizado também o Magistrado, o membro do Ministério Público eu sei que não, a conceder uma saída temporária – eu falei liberdade provisória, mas é saída temporária – para aquela moça, a Richthofen, justamente no período de Dia dos Pais, por exemplo? É uma situação que merece uma análise, porque a lei não traz uma objeção com relação a isso, mas diz que a saída temporária tem que ser concedida a partir do próprio histórico e ter relação com aquilo que justificou o ingresso dessa pessoa na prisão, ou seja, tem que ter essa conexão entre o motivo da saída temporária e quem é essa pessoa, o que ela representou e os motivos pelos quais ela foi condenada a estar cumprindo pena. É claro que isso não é para todos. Essas palavras, esses dispositivos não são fórmulas matemáticas, são palavras que dependem de um processo de hermenêutica, de interpretação e isso entra em questões de natureza privada, particular, por parte daquele que assim procede. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco]*. Finalizando a minha parte, queria ressaltar uma questão extremamente importante, que vossa excelência destacou, que é justamente a informação da vítima, ou seja, incluir a vítima, fazer um processo de inclusão, vamos dizer assim, da vítima em todo sistema, tanto no sistema de investigação, no sistema de Justiça propriamente dito e no sistema de execução penal. É preciso, por exemplo, que a vítima seja informada, no caso específico de progressão de regime, que aquele sujeito que praticou o crime contra a sua família, contra a sua mãe, contra si: Olha, já foi concedido a esse indivíduo uma progressão de regime, já saiu do regime fechado para o regime semiaberto. E, principalmente, se há uma progressão do regime semiaberto para o aberto. Então, muito mais contundente mais complexo e mais necessário que a vítima ou as vítimas - porque tem a vítima direta e as vítimas indiretas -, sejam comunicadas, e a legislação prevê essa comunicação à vítima. Se o indivíduo sai em saída temporária, por exemplo, mais importante ainda que a vítima seja informada de que aquele indivíduo receberá a liberdade naquele período, etc. Até para que essas pessoas possam se acautelar - porque não sejamos ingênuos, evidentemente, que pode ser uma oportunidade de vingança - vítima e seus familiares precisam ser informados sobre isso. Com relação à saída temporária, eu esqueci um detalhe interessante que gostaria de compartilhar aqui. Na questão da informação da vítima, vossas excelências podem contar com a atuação do Ministério Público. Faz parte até... eu chego a dizer que a questão relacionada à vítima passa a ser uma questão de honra mesmo, de razão institucional da nossa parte. Nós, que já atendemos quatrocentas e poucas vítimas de crimes, também podemos atender, instruir e informar às vítimas desses indivíduos, ou que praticam crimes quando têm saída temporária, ou quando há necessidade de que eles sejam informados. Aliás, essa é uma obrigação do próprio Magistrado e do Ministério Público por prevenção, que atua naquele caso, da própria administração prisional, que a vítima seja provida de informação a respeito disso. Se me permite também uma sugestão, com relação à saída temporária, e aqui encerro a minha participação. Nós precisaríamos ter mais dados para podermos trabalhar com relação à saída temporária. Seria interessante, por exemplo, como a saída temporária, de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), é concedida para quem está em regime semiaberto, seria necessário que nós pedíssemos para a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), qual o percentual de presos em regime semiaberto que existe no Estado? Qual o percentual desses presos que recebem ou que já receberam, no último ano, por exemplo, saída temporária? Quantos que estão em regime semiaberto, receberam saída temporária? Quantos que estão no regime semiaberto que pediram a saída temporária e foi denegado esse pedido? Será que temos esse dado? E mais, nós precisaríamos de dados daqueles presos que saem em saída temporária. Qual o percentual deles que cometeu crimes ou uma falta grave? Que acaba repercutindo numa regressão de regime. Quantos desses presos em saída temporária

acabaram fugindo? Porque, segundo dados do Rio de Janeiro, do último ano, 40% dos presos em saída temporária fugiram, desapareceram e não retornaram. (O senhor Deputado Sargento Lima manifesta-se fora do microfone: “Não retornaram”.) Exatamente. Então, até para que a gente... (O senhor Deputado Sargento Lima manifesta-se fora do microfone. Inaudível.) Esses são dados que confesso a vossas excelências que não tenho no momento, mas seria importante [tê-los] até para que possamos planejar ações em conjunto, como temos feito, com atuação. De que maneira nós podemos enfrentar isso? E detalhe importante, quem sai em saída temporária pode usar a monitoração eletrônica, que permitiria o monitoramento, a fiscalização desses presos que saem em saída temporária. Nós podemos trabalhar e verificar com a SAP, como está a estrutura dessa central de monitoramento, até para que se veja se também é possível construirmos esse tipo de monitoramento desses presos em saída temporária. Seria mais uma forma de prevenção, ou que pelo menos seja eficaz, a ponto de podermos acionar a polícia e prevenir determinados crimes. Basicamente seria isso, Presidente. Agradeço muito o espaço, desculpe-me se me estendi demais, mas esses são temas que são caros para todos nós, para o Ministério Público, para mim, em especial, para a Desembargadora Cínthia, para o GMF e também, evidentemente, para a própria SAP. Eu estou sempre à disposição de vossas excelências. Obrigado, Presidente. *[Transcrição: Rafael José de Souza]* **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes)** – Muito obrigado pelo esclarecimento, pelas informações, Promotor. Abro a palavra aos Deputados que desejarem se manifestar. (Pausa.) Como ninguém mais deseja se manifestar, passo a palavra ao Deputado Sargento Lima para as considerações finais. **O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** – Doutor Jádél, primeiro quero agradecer a vossa excelência, que de forma bem simples - até porque aqueles que nos acompanham precisam entender aquilo que é dito -, foi muito claro em todos os seus posicionamentos. Isso é importante dentro da Comissão e também para aqueles que nos assistem para não transformar em algo de difícil entendimento. O senhor foi muito claro mesmo e fico contente. Quero fazer uma proposta para os Deputados membros da Comissão de Segurança da Alesc, que se construam junto com a SAP - que já era um entendimento do nosso gabinete quando nós conversávamos em relação à padronização do relatório enviado pela SAP -, uma padronização do relatório, porque nós temos consciência do volume [de demanda] que chega ao Ministério Público e ao Magistrado. Isso é importantíssimo para que possamos, a partir disso, construir inclusive protocolos de atenção especial, por exemplo, para crimes contra a criança, crimes contra a mulher. Então, eu acredito que nós... não somos nós lógico, foge da nossa alçada as leis de execuções penais. Existe uma cadeia, um efeito cascata que vem do STF para baixo e que nos coloca numa situação difícil até de explicar para as pessoas o que está acontecendo hoje em dia. Não estou fazendo nenhuma crítica, as coisas acontecem e, infelizmente, quem tem que explicar para a sociedade somos nós, que abrimos o nosso laptop ou vamos pessoalmente lá no seio da sociedade explicar o porquê dessas coisas estarem acontecendo. Mas, enfim, cabe a nós, nos unirmos para apresentarmos soluções, que são tangíveis, para cada um nós dentro das suas atribuições e das suas funções. Dentre elas, Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta, e já apresento um requerimento verbal, posteriormente o entregarei por escrito, para convidarmos, para trazermos a SAP aqui, no nosso meio, para que se consiga juntamente com esses profissionais construir um protocolo que tenha uma padronização. Para quê? Para quando isso chegar lá, no Ministério Público, ele possa analisar critério por critério. A SAP tem que ter essa responsabilidade, porque é a partir do que estiver nesse relatório que se vai dizer se a vítima lá fora será novamente vítima do mesmo indivíduo ou não. Então, fica aqui o meu agradecimento para o senhor (dirige-se ao Promotor Jádél da Silva Júnior). O meu muito-obrigado e parabéns pela aula que nos deu hoje aqui, pois tenho a certeza de que sanou as dúvidas de muitas pessoas que estão nos acompanhando. As minhas foram sanadas, principalmente do passo a passo, de como isso termina; da decisão que é tomada, lá no finalmente, pelo Magistrado, que diz: Sim, o indivíduo está habilitado a progredir dentro do seu regime. Eu acredito muito que nós podemos estar construindo algo hoje, que vai salvar vidas no futuro, que é a nossa intenção. O senhor foi muito feliz quando disse que a vítima tem que deixar de ser peça de um processo, deixar de ser uma prova, e passar a ser realmente um sujeito de direito. Isso é importantíssimo, hoje, talvez seja prioridade inserir nesse contexto, quando falamos da saidinha, da progressão de regime. Então, reitero o meu requerimento verbal, que posteriormente será entregue por escrito, para que possamos ter acesso a SAP, e, já como proposta inicial, tentar construir uma padronização desse parecer da SAP, para que realmente o Promotor dê vida ao volume de trabalho que tem na sua mesa, na sua prancha; que ele consiga saber o que é prioridade; ou que venha marcado para ele o indivíduo que tem potencial de mais tarde fazer algo

que vai ferir a nossa sociedade catarinense. Agradeço, Deputado Jessé, por esta oportunidade, o senhor que preside esta importante Comissão aqui na Alesc. Parabéns, que Deus abençoe o seu trabalho e que se possa muito em breve, porque é urgente, apresentar um resultado positivo em relação a essa proposta. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes)** – Eu quero parabenizar o Deputado Sargento Lima e o nosso convidado, doutor Jádel, pela pauta e por engrandecerem a nossa reunião da Comissão de Segurança Pública com informações tão importantes. Muito obrigado. Assim sendo, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a reunião. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé].

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente

Processo SEI 23.0.000033384-0

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 11 de abril de 2023, às 9h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Sargento Lima, Deputado Tiago Zilli e Deputado Pepê Collaço. A senhora Deputada Luciana Carminatti, justificou sua ausência a esta reunião através do OFÍCIO INTERNO Nº 141/2023/GAB-DEP-LUCIANE CARMINATTI. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão cumprimentando os presentes, passou à leitura da matéria constante da ordem do dia: Requerimento 1332/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que convida os seguintes Secretários de Estado: Aristides Cimadon da Educação, Cleverson Siewert da Fazenda e o Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa, a participarem de reunião ordinária do Colegiado, em data a ser definida, para debater sobre a viabilidade de um programa de segurança estrutural voltado às unidades escolares do Estado de Santa Catarina. Posto em discussão, o Deputado Napoleão Bernardes destacou a presença da força conjunta dos serviços de segurança pública, no dia do crime em Blumenau, e a atuação da prefeitura. Na sequência, fez uso da palavra o senhor Deputado o Matheus Cadorin, que destacou ser de extrema importância a vinda dos Secretários de Estado e do Comandante da PMSC. O parlamentar lembrou o caso cometido na cidade de Saudades e ressaltou que esses casos não podem ser esquecidos. Na sequência, o senhor Deputado Pepê Collaço (PP) avaliou a importância de se fazer um compilado de políticas de Estado, não só de Santa Catarina, mas nacionais, pra saber o que já foi e o que está sendo feito a esse respeito. O parlamentar destacou, ainda, a urgência da regulação das redes sociais. Não havendo mais quem o quisesse discutir, o requerimento foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Sargento Lima, que apresentou extrapauta o Requerimento 0002/2023, de sua autoria, que convida o senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador João Henrique Blasi; o Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano; o Corregedor-geral do Ministério Público de Santa Catarina, Fábio Strecker Schmitt, a Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do TJSC - GMF, e os cooperadores institucionais: Juíza auxiliar da Presidência, Iolanda Volkmann e Juiz-corregedor Mauro Ferrandin, para debater os benefícios estendidos aos apenados, como saída temporária, ou mesmo a ex-presidiários com antecedentes criminais, favorece a reincidência. É essencial iniciar-se uma discussão acerca da legislação reguladora do assunto. Mesmo a lei sendo de competência federal, necessita-se ouvir aqueles que aplicam efetivamente a lei e quem sofre as consequências da mesma. Posto em discussão e votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. E, não havendo nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 11 de abril 2023.

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente da Comissão de segurança Pública

Processo SEI 23.0.000033383-2

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 14 de junho de 2023, às 17h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Krelling, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Carlos Humberto, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Lucas Neves, substituindo o Deputado Matheus Cadorin, conforme Ofício Interno nº 0819944/2023, Deputado Mário Motta e Deputado Neodi Saretta. Justificada a ausência da Deputada Ana Campagnolo, conforme Ato da Presidência nº 108, de 2023. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Institucionais e do MERCOSUL, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação as atas referentes 1ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura e da ata de instalação referente a 1ª e a 2ª Sessões Legislativas da 20ª Legislatura, que, foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura da Sinopse de correspondência e outros documentos recebidos: Ofício da Federação das Associações e Cooperativas de Bananicultura de Santa Catarina (FEBANANA) solicitando reunião para discutir: a) a necessidade do aumento de efetivo do MAPA; b) necessidade do aumento de efetivo na Receita Federal; c) ampliação do pátio para caminhões na aduana; e Convite recebido da Associação Empresarial de Comunicação Digital de Santa Catarina (AECODI/SC), para o Seminário Catarinense de Empresários de Exportação, no auditório do Porto de Itajaí, a ser realizado no dia 29 de agosto do corrente ano. Posteriormente, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia: Requerimento RCC/0066/2023, de autoria do Deputado Ivan Naatz, para aprovação da realização de Seminário com data, hora e local a serem definidos, objetivando discutir o “Acordo de Facilitação de Negócios do Mercosul”; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que, relatou o PL./0019/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “Institui o mês de fevereiro como período das festividades alusivas ao Ano Novo Chinês e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, José Ricardo Paixão, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 14 de junho de 2023.

Deputado **Fernando Krelling**

Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL

Processo SEI 23.0.000033716-1

— * * * —

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 21 de junho de 2023, às 13h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Jair Miotto, os demais Senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Carlos Humberto, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Matheus Cadorin e Deputado Pepê Collaço. O Senhor Presidente abriu a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia cumprimentando os presentes. Na sequência, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia: Requerimento RCC/0077/2023, de autoria do Deputado Jair Miotto, para que seja encaminhado convite ao Sr. Edgar Usuy, Secretário de Planejamento do Estado, a fim de discorrer sobre o planejamento estadual dos programas estruturantes do Governo através desta secretaria, neste ano de 2023; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou o PL./0395/2019, de autoria do Deputado Volnei weber, que “Dispõe sobre o prazo para reembolso ao consumidor usuário de planos e seguros privados de assistência à saúde, no Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou-se ao Debate a fim de discorrer sobre a situação econômica representada pelo Associativismo por meio da indústria, comércio, serviços e outros setores no Estado e as expectativas

neste ano vindouro relacionado à FACISC (Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina), bem como para discorrer sobre a situação econômica representada pelas empresas do comércio de bens, serviços e turismo pelo no Estado e as expectativas neste ano relacionado à FECOMÉRCIO (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina), com as seguintes presenças: Sr.Hélio Dagnoni, Presidente da Fecomércio e Sr.Sérgio Alves, Presidente da Facisc, transcrito na íntegra a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Senhores Deputados, recebemos hoje aqui na Comissão o senhor Hélio Dagnoni, presidente da Fecomércio, a quem convidamos para estar conosco aqui à mesa, ao tempo em que justificamos também a ausência do senhor Sérgio Alves, presidente da Facisc, o qual também foi convidado para estar aqui.

O convite ao nosso querido presidente Hélio é para justamente fazer uma explanação sobre a situação econômica hoje no Estado e no Brasil, representando aqui as empresas de comércio de bens, serviços e turismo e as expectativas também relacionadas à Fecomércio. Eu lembro que a Assembleia tem sido parceira da Fecomércio, na época da pandemia também, muitas bandeiras nós levantamos juntos aqui na Casa e hoje vivemos um momento difícil para o comércio até em função dessa taxa de juros e tantas outras coisas que têm acontecido.

Mas é uma honra recebê-lo e interagir para ver o que a Comissão, que também diz respeito à economia, pode ajudar para que as empresas de comércio de bens, serviços e turismo possam crescer a cada dia que passa, porque é um fator muito importante para a economia do Estado. Seja bem-vindo.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Muito obrigado.

Cumprimento o Presidente da mesa e os demais Deputados que estão nos acompanhando.

Falar de uma entidade como a Fecomércio, que administra o Sesc e o Senac, é muito complexo. Hoje, Fecomércio Sesc Senac é detentora de 5.800 funcionários, mas o que a Fecomércio mais faz é orientar e defender todos os empresários das áreas, que sempre estão necessitados de um amparo. Então estamos trabalhando hoje muito em cima de uma reforma fiscal, tributária, estamos alinhando sobre isso e é o que temos em nossa pauta direto.

Todo o trabalho que o Sesc e o Senac fazem, não pode ter lucro nenhum e toda vida trabalhando para os funcionários, para os colaboradores que trabalham no comércio, em serviços e no turismo. Então não podemos ter lucro, porque existe um dinheiro que é privado, que é considerado como compulsório, para manter essas entidades com mais um ou outro serviço que fazemos.

O Sesc e o Senac trabalham muito na educação, temos hoje 23 creches, são 77 unidades no Estado de Santa Catarina, trabalhamos muito no Ensino Fundamental e complementar, inclusive junto com faculdades, e na área mais do Sesc nós trabalhamos mais o lazer, a cultura, o esporte para dar um conforto a mais aos nossos colaboradores que trabalham no comércio de bens, serviços e turismo. Essa é a parte de gestão da Fecomércio.

Nós trabalhamos muito junto com a Assembleia, não atrapalhando os senhores, mas quando é apresentado um projeto de lei, é analisado pelos nossos assessores e advogados que trabalham nessa área para ver qual a melhor forma de fazer que não venha causar prejuízo para o empresário. Inclusive há pouco trabalhamos em cima do porto de Itajaí, sobre o fechamento, porque os serviços, na pandemia, vocês sabem que foi o que salvou, e naquela região do porto de Itajaí, serviços é o que mais tem. Então prejudicou muitas pessoas e nós estamos nessa labuta para que cada vez mais o porto trabalhe o mais rápido possível para fortalecer, porque é uma região muito grande.

Se nós abrirmos um compasso hoje ali de Itajaí e indo em cima de Joinville e cruzar o compasso, chegamos até Florianópolis. Então é um PIB muito alto, é um tráfego excessivo, não é, Carlos Humberto, que é lá de Balneário Camboriú também, sabemos que é mais fácil nós irmos a Tubarão e voltar... Ontem à noite ainda vim de Tubarão rapidinho, mas às vezes para chegar a Balneário Camboriú ou vir para cá leva três horas. *[Transcrição e Revisão: Grazielle da Silva]*

Então, é nisso que nós estamos trabalhando. A nossa malha, que é de transportes, e temos um problema sério no oeste catarinense. Eu conheço o oeste catarinense, pois viajo para lá desde 1978 e continuamos toda a vida com aquela 282 e a 470. Hoje nós temos uma logística em que trabalhamos muito em cima, buscando cada vez mais a melhoria, porque onde nós vimos que se abre uma estrada, que entra um empresário com um depósito e que começa trabalhar com uma pequena empresa, ali evolui, começa a crescer, então as estradas de Santa Catarina são muito utilizadas para a comercialização, são empresas que se estabelecem do lado, são os serviços, tudo cresce muito. E nisso sempre estamos trabalhando.

Existem muitos outros assuntos que nós podemos tratar e trabalhar com vocês. Inclusive muitos acham que Sesc/Senac produz um lucro exorbitante, e não é uma realidade. Eu estive numa reunião agora de manhã Sesc/Senac de preparatória, porque tudo é aprovado por conselho, para a próxima segunda-feira, que é o encerramento do mês de maio, e vimos hoje que neste ano estamos tendo uma sobra de 1,35%. Esse 1,35% é o que nós já estamos programando para o plano orçamentário para o ano que vem para investimentos.

Nós temos muito a investir em Santa Catarina, não sei se o que eu estou falando está de acordo com o que vocês querem ouvir, mas a nossa pretensão agora do Sesc/Senac, que é administrado pela Fecomércio, inclusive estamos em contato com a Marisa, Prefeita de Urubici, para levar para lá e para passar na Câmara de Vereadores, um centro de eventos e um hotel-escola do Sesc ou do Senac, porque em Santa Catarina nós não temos um hotel-escola. Eu estou com esse dinheiro já carimbado dentro da CNC para trazer para investimento, a hora que precisar e que achar o espaço para colocar esse hotel. Até porque precisamos desenvolver muito a serra catarinense. E como vocês sabem, teve uma feira do turismo da CVC, que trouxe números muito interessantes para Santa Catarina e eles têm uma complexidade de trabalhar o turismo em certas regiões, porque o comentário deles é assim: se eles trazem um ônibus... Nós temos que nos locomover, infelizmente, é por ônibus, van ou carro, e o que acontece? Num ônibus vai cinquenta pessoas, quando chega lá na serra, qual hotel tem cinquenta leitos? Nenhum. Tem um só lá em São Joaquim. Então, as pousadas todas são de dez, quinze ou vinte leitos.

Inclusive nós temos uma Pousada Rural em Lages, que também está sendo contemplada agora com um bloco de 120 apartamentos e uma piscina térmica, que vai ser a primeira de Lages aberta ao público, e nós queremos contemplar isso aí também para Urubici, porque eles chegam com um ônibus e não têm onde hospedar, eles não podem vender um pacote para lá. Segundo números que eles nos apresentaram, o nosso turismo de Santa Catarina torna-se recreativo, porque o número de pessoas que visita Santa Catarina é de uma média de 3,8 por dia. Então não vem mais aqueles quinze dias, trinta dias, passar uma temporada, passar umas férias. Até porque hoje quem tira férias de trinta dias sabe que quando volta 90% tem alguém sentado na cadeira dele, então hoje as férias já são fracionadas e é muito fácil de trabalhar isso.

Dessas 75 unidades que temos, nessa administração que nós estamos alinhando, percebemos que temos algumas unidades, que são em torno de 20 unidades, que são locadas e nós estamos trabalhando em cima disso para comprar essas unidades, porque é um dinheiro que em vez de estarmos pagando o aluguel, podemos estar trabalhando em outra unidade.

Quem daqui conhece o oeste catarinense sabe também que nós temos unidade de Chapecó Sesc/Senac muito bem montada, completa, e a próxima unidade que nós temos é em São Miguel do Oeste. Por que nós não podemos ter uma unidade ali por Maravilha, Pinhalzinho? Porque você não vai sair de Maravilha ou Pinhalzinho para fazer um curso tecnológico no Senac ou para fazer algo do seu conforto, do turismo, que seja em Chapecó. É muito distante e a estrada também não contempla, é ruim. Então nós estamos nessa evolução de engrandecimento, de trazer esse conforto justamente para os comerciantes. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

A nossa pousada do Sesc Rural, como teve agora a Festa do Pinhão, e eu cheguei lá e falei com o Márcio, que é o nosso gerente, e disse: Márcio, faz um estudo de onde se pode estacionar alguns motorhomes aqui. Ele me disse: mas, presidente, o senhor vai querer botar motorhome aqui para concorrer com hotel? Eu disse: não, nós vamos trazer gente para cá, preciso trazer gente. E ele disse que tinha como fazer uma área e nós fizemos, uma área toda montada, o pessoal do motorhome, inclusive, disse que é uma das melhores áreas, são onze box somente e no primeiro final de semana foram lotados os onze. Então o Márcio veio e disse: presidente, eu não sabia que cada um que vinha com motorhome pagava R\$35,00 por pessoa. Eu disse que agora ele tinha olhado com outros olhos, que não se dava café, que ele comprava, porque ele trazia a cozinha junto, trazia o apartamento dele junto. E perguntei: você teve que lavar roupa de cama, fornecer toalha? Não, então foram R\$35,00 reais por pessoa que entraram.

É dessa forma que, às vezes, dentro do Sesc ou do Senac prestamos um serviço que consegue captar um recurso, e o dinheiro que entra para a instituição é para fazermos um investimento mais à frente.

Nós lutamos e, como empresário, eu sempre digo... Eu sempre trabalhei no ramo comercial e tenho comércio também e o prazer da gente é comprar, vender e ver o lucro, né? Ganhei tanto! Isso é muito bom, é o gostoso! E hoje o nosso empresário está fazendo curso, fazendo alguma coisa, de como ele paga o ICMS daquilo, de como faz o cálculo do IPI. É que é muita burocracia.

Na nossa gestão na Fecomércio, que vimos agora, fez dez meses, foi justamente para trabalhar chão de fábrica. Onde estão os nossos custos? Onde estão os nossos gastos? Nós fizemos muitas tratativas lá dentro, tivemos que trocar peças, como num jogo de xadrez, vamos dizer, de gerenciamento e trabalhar em cima disso. O nosso intuito é cada vez mais trazer o conforto para os comerciários, de todas as áreas, como eu já citei, para cada vez mais fazermos por Santa Catarina.

Eu tenho como meta, porque eu tenho ainda três anos e dois meses de gestão, deixar lançado para Santa Catarina, com os projetos todos prontos, algo em torno de mais vinte unidades onde seja mais necessário, certo? Para o sul nós temos em Criciúma e depois temos em Araranguá, mas lá em Turvo, Meleiro, naquela área lá, nós não temos um Sesc ou um Senac, e nós podemos ter uma unidade pequena.

Sem contar que ainda temos o papel do Mesa Brasil, com o qual fazemos um trabalho muito grande, inclusive neste mês de junho foram comprados quatro caminhões frigoríficos com mais seis vans para fazermos o trabalho, porque pegamos o alimento, que é perecível, que é selecionado, e é dado para as pessoas de baixa renda, que são carentes e que necessitam disso. Esse é um trabalho que o Sesc tem há vinte anos, do Mesa Brasil.

Nós temos dois caminhões que são da Saúde da Mulher, que faz o Papanicolau, faz o exame de mama e também trabalha junto com as Prefeituras onde exista essa necessidade. Eu posso dizer para vocês que eu tenho um pedido junto à CNC de mais dois caminhões, porque a necessidade da saúde no interior é muito grande. Também temos mais cinco carretas, uma de informática, outra de biblioteca, que é muito usada – o livro voltou a ser usado, o que me surpreendeu, Carlos Humberto, o pessoal voltou a manusear o papel, não está mais só na telinha ou na Internet –, e temos mais dois caminhões, um que é de gastronomia, de panificação e açougue.

Temos um outro caminhão que presta um serviço de conserto, e às vezes vamos ao interior – não nas cidades grandes – para fazer conserto e o que é de lixo eletrônico trazer para um depósito, para poder selecionar e isso não ficar jogado pelo interior. Aqui nós sabemos que muitas empresas, muitas entidades sempre fazem a colaboração, como agora no inverno fazem a Campanha do Agasalho, então nós temos essa campanha no interior do lixo eletrônico.

Então, estamos toda hora fazendo negócio e expandindo o que é a arte e a cultura de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Muito bem.

Senhor Hélio, o senhor falou algo muito interessante, a nossa Comissão também é de Ciência e Tecnologia e o senhor falou de cursos tecnológicos e da questão desse planejamento para o futuro. Eu creio que essa gestão que toda a diretoria está fazendo está voltada também para isso, né?

O SR. HÉLIO DAGNONI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – O senhor foi muito feliz em colocar o nosso grande gargalo aqui, que é a rodovia, o que nos impede de sermos muitas vezes a primeira indústria do Brasil, assim como também a questão do turismo, de não se depender somente do litoral, expandir para a serra, e Urubici está crescendo. E sobre a questão da reforma fiscal, segunda-feira temos aqui na Assembleia uma audiência com o Sindifisco para conversarmos a respeito. São questões importantes. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

Mas o meu questionamento é no sentido de saber se hoje existe essa conscientização de que o serviço que nós prestamos no comércio, o próprio turismo, passa pela questão tecnológica. Existe hoje essa conscientização de que nós precisamos atualizar muitas coisas e muitas funções, que daqui a pouco também não irão mais existir em função do que está acontecendo hoje na tecnologia, na robótica, na inteligência artificial? Eu percebo que o Sesc e o Senac estão também ligados a isso.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Sim.

Deputado Miotto, nós temos hoje um parque tecnológico muito grande, no qual inclusive estamos trabalhando, pois nós estamos trazendo para Florianópolis uma feira de tecnologia – a maior feira de tecnologia atualmente no Brasil é no Rio de Janeiro, eles fazem uma semana que eles pegam o porto, dizem que é um quilômetro de feira. Então, eu consegui trazer para Santa Catarina um dia dessa feira, onde nós estamos trabalhando com a Acate, estamos trabalhando com o Sapiens Parque, ali em Canasvieiras, e também temos um investimento num outro que está lá em Lages. Nós estamos trazendo isso tudo para Florianópolis, inclusive com esse pessoal de fora, pessoal internacional, para cada vez mais estarmos produzindo. Mas nós estamos ligados, do Sesc e do Senac, a todas essas atrações, inclusive com vocês aqui, porque o Helder é o nosso

assessor parlamentar e ele chega e diz: Hélio, eu tenho isso para resolver, e eu digo: qual é o advogado que sabe disso para podermos estruturar juntos.

Então, nós estamos toda vida fazendo... É aquilo que dizemos, estamos policiando vocês, desculpa dizer isso, mas é uma verdade, ver o que vocês trazem de bom e também aplaudimos, e, às vezes, se tiver algo que atrapalhe... Eu lembro que nós rimos uma vez aqui de um projeto, não sei quem colocou, acho que era da gestão passada, um projeto de lei que colocava que todos os restaurantes que tivessem um bufê teriam que ter uma pia na ponta do bufê. Teve essa matéria, não teve? Foi antes. E, daí, na conversa, um era a favor, outro era contra, e eu disse: muito bem, nós montamos dentro do Sesc Cacupé uma pia na ponta do bufê, vamos ver como o pessoal se comporta, se ele vai só lavar a mão ou vai tomar banho na pia. Quer dizer, então é totalmente inviável, é papel, é aquele negócio ali, daí não foi para frente esse projeto. Portanto, muitas vezes esclarecemos e colaboramos, mas estamos muito lincados.

Quero colocar uma questão que eu ia esquecendo de dizer. Santa Catarina foi muito bem no combate à Covid, na assistência, e eu queria deixar registrado aqui que isso tudo tem uma parcela muito grande do Senac, porque no Brasil o Senac é o que mais forma enfermeiras e enfermeiros. Hoje, para você ter uma ideia, em Santa Catarina eu tenho 23 cursos, com uma média de 30 pessoas no curso de Enfermagem, e gratuito, nós fizemos muita coisa gratuita, mas alguns são pagos, e aí vai para um complementar. E o que acontece? Outro dia fizemos uma pesquisa sobre isso aí e muitas dessas pessoas dizem que às vezes não têm emprego disso, não sei o quê, e está tendo um rendimento muito bom, porque fazemos um curso de Enfermagem para ser cuidador, então cuida de idosos e acaba morando lá, acaba almoçando, tem o conforto todo da família e quem quer ter um cuidador que cuide mal do seu ente dentro de casa? Isso é muito importante.

Essa é uma colaboração que trazemos muito do Senac, que é o ensino tecnológico, o técnico, para mim, é muito importante, inclusive o que mais cresceu na Europa é ter o técnico cuidando disso aí.

(O senhor Deputado Estadual Matheus Cadorin manifesta-se fora do microfone: "Temos um monte de assunto.")
Assunto nós vamos ter bastante.

Nós temos as crianças que às vezes estudam de manhã, mas temos o que chamamos de extramuro, que ele vai para dentro do Sesc e sai de lá depois das 19h, já com o seu lanche, a sua janta, a sua sopa, e alguma coisa é levado para casa porque o pai e a mãe trabalham, e nós estamos preocupado com aquele que trabalha. Infelizmente têm uns loucos, como aquele lá em Blumenau, que fez aquilo e me quebrou as pernas, vamos dizer assim, porque tivemos que melhorar muro, segurança, tudo, nas creches de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS HUMBERTO – Presidente Miotto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Sim. Ouço o Deputado Carlos Humberto e também o Deputado Matheus.

É interessante a sua vinda, Hélio, justamente para atualizar aqui o nosso pessoal da Comissão da Economia...

O SR. HÉLIO DAGNONI – Ótimo, estarei sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – ...renovar a parceria com vocês.

Só para lembrar que esse moço lá de Blumenau estava totalmente drogado, passou a noite inteira com cocaína... situações atípicas.

Com a palavra o Deputado Carlos Humberto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS HUMBERTO – Obrigado, Presidente Miotto.

Presidente Hélio Dagnoni, é um prazer encontrá-lo aqui na Assembleia Legislativa, porque ali na Avenida Brasil, esquina com a Rua 2.550, ali só a tua esposa, porque faz tempo que tu não apareces lá (ri). Nós estamos com saudade.

O SR. HÉLIO DAGNONI – É que eu sou só o dono, quem trabalha são os outros. (Risos.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Em casa é diferente (ininteligível). [Transcrição: Rafael José de Souza]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS HUMBERTO – Presidente, o Hélio foi nosso Secretário de Turismo em Balneário Camboriú, teve uma participação grande para a instalação do Centro de Eventos Júlio Tedesco, que fica sediado naquele Município; presidente da Fecomércio por algumas vezes e agora está aqui na Federação. É um batalhador pelo comércio de Santa Catarina já há muito tempo.

Eu queria fazer uma pergunta que o Deputado Miotto até fez, mas acho que passou despercebida. O senhor poderia passar um panorama para esta Comissão de como foi a temporada de verão para o comércio de Santa Catarina? Foi boa ou ruim? Foi abaixo ou acima do esperado? A atividade econômica do comércio foi satisfatória? E como está sendo agora, neste início de inverno, a atividade econômica do comércio e da prestação de serviços aqui no Estado de Santa Catarina?

O SR. HÉLIO DAGNONI – Muito bem, é uma excelente pergunta.

O nosso comércio conseguiu se superar, principalmente no litoral, e dentro da minha loja às vezes nós comemorávamos a venda do dia dizendo “viva o agro”, porque veio muita gente e quem gastou não foi o argentino, nem o uruguaio, foi o paraguaio porque o agro lá foi muito bem.

Mas nós estávamos pós-política e não tínhamos ainda a confiança e a credibilidade na política do novo Presidente e, agora, de maio para cá, essa credibilidade aumentou muito, tanto que Santa Catarina é, hoje, o Estado que mais tem carteira assinada e nós crescemos, de acordo com o Caged, 3,7% em virtude do ano passado. Mas o comércio de Santa Catarina, de modo geral, não se comenta muito sobre fechamento. Nós vimos fechamento de lojas, de comércio, mas isso sempre foi natural pela falta, às vezes, de profissionalismo na forma do pessoal trabalhar.

Você, Carlos Humberto, que é de Balneário Camboriú, sabe que muita gente chega lá e diz assim: eu vou abrir uma loja em Balneário Camboriú ou em Florianópolis e vou enricar. Esse era o termo usado antigamente. Hoje, não! Hoje, para ter um comércio, o cara tem que ser profissional, tem que ser muito forte nisso.

No ano passado eu montei um pequeno restaurante para o meu filho, um bistrô, e para vocês terem ideia, a cifra que a gente gasta para montar um bistrô é de R\$700 mil, por baixo. Então, hoje, para você colocar uma loja, também é caro. Você vai fazer uma sacola de presente, hoje... você que vai sempre no comércio, saiba que uma sacolinha daquelas que o cara coloca uma fitinha custa no mínimo R\$10,00. E você não consegue fazer cem unidades, você tem que fazer acima de mil unidades para ter um preço justo. Você vai colocar uma máquina de cupom fiscal da Bematech, Elgin ou de outra marca, é a mesma maquinazinha que está ali no estacionamento, mas como ela é lincada com o governo do Estado, custa cinco mil e pouco e ali no estacionamento ela custa R\$700,00. Então, há muitos detalhes e custos para montar um negócio.

Mas a tua pergunta do comércio, sobre a pesquisa de turismo que nós fizemos. Ela foi trabalhada gradativamente de acordo, mais ou menos, com o que teve o ano passado. Nós estamos tendo um concorrente muito grande, contra o qual nós estamos lutando, e outro dia nós estávamos aqui conversando, inclusive com o nosso Secretário da Fazenda, Cleverson, e eu já por duas vezes brinquei com ele sobre quando ele vai prender os carros dos Correios, porque é transporte de contrabando, porque tudo o que vem da China não paga imposto. E eu ainda comentei com ele que alguém daqui já deveria ter comprado um produto que ficou preso na Polícia Federal, em Curitiba, pagou o imposto federal para liberar a mercadoria, mas o ICMS não foi pago. Ninguém sabia disso no dia da reunião.

Então, se nós aqui pegarmos um carro, uma van, e dermos um pulo no Paraguai para comprar vinho, perfume para a esposa e uns equipamentos de pesca, chegando em Medianeira nós paramos, foi comprado fora da cota, o que acontece? Nós somos contrabandistas, é desvio de função, o carro fica preso e tudo. Mas os outros estão fazendo o mesmo serviço. Se você mandar um caminhão, contratar um frete e o cara vem de lá e traz isso por fora, o motorista do caminhão é responsabilizado, o caminhão fica preso e tudo. E nós temos muita gente fazendo transporte pelos Correios, que é do nosso dinheiro, aqui dentro. Esse é o fator que está atrapalhando o comércio.

E o pior é que no dia da reunião vieram as grandes empresas, e o Carlos Humberto estava presente, até a Renner, que nós nunca conseguimos ver a foto deles, a Marisa trabalhando, porque estava com problemas fiscais, vieram aqui para se defender porque não estão conseguindo concorrer. Nós não estamos falando de um par de meias, nós estamos falando de uma geladeira, de uma televisão, de um notebook deste aqui. Então, hoje, as lojas físicas estão trabalhando como se fossem um showroom. Você entra numa loja, pega o celular e diz que está vendo um notebook Positivo Master, custa R\$4 mil, entra na Internet e vê que está em promoção no site por R\$2,8 mil para pagar em dez vezes. Você compra onde? Você vai comprar no site. Num supermercado, você chega lá na prateleira do leite e você não olha se é Parmalat ou se é outro, se está R\$0,10 mais barato, você leva o que está mais barato. Estou mentindo para alguém ou estou falando a verdade? Estamos comentando a realidade aqui. *[Transcrição: Marivânia Pizzi]*

Então, de repente essa bandeira nós temos que abrir, ou seja, a partir da hora que compra no site já paga o seu imposto, porque antigamente... Hoje ainda existe, né, a gente comprava do Rio Grande do Sul ou vendia para o Rio Grande do Sul... A minha empresa, numa época em que eu tinha cinco lojas de surfe, que o Carlos Humberto conheceu, a gente vendia muito pelo e-commerce, eu fui um dos pioneiros a trabalhar com e-commerce aqui em Santa Catarina, a gente já tinha que destacar o ICMS antes de chegar lá. Então, quer dizer, por que os caras também já não pagam antes de chegar? É receita para o governo, é receita para a saúde, é receita para a educação, é receita para a nossa segurança! Isso tudo é que está ajudando, mas graças a Deus o nosso empresário está com um índice de confiança acima do índice do ano passado, Carlos Humberto. Isso é gratificante para nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Presidente, rapidinho, para fechar aqui.

Com relação ao início da sua fala, presidente Hélio, sobre a questão da infraestrutura, hoje pela manhã nós estivemos com o Secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias e saí da reunião muito contente com o que está sendo pensado naquela estrutura. O Secretário, com certeza, é uma pessoa muito capaz, muito conhecedora do tema e os projetos que estão sendo montados em curto prazo, já para o ano que vem, são muito animadores e isso, com certeza, mexe com toda a cadeia produtiva e obviamente influencia também no turismo e no comércio do nosso Estado.

Fico muito contente, o senhor ainda tem três anos, eu não sei se está contente com isso, mas o senhor ainda tem três anos...

O SR. HÉLIO DAGNONI – Eu já estou com uma arritmia no coração, mas a gente está indo. (Ri.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Mas é importante que a gente tenha pessoas como o senhor à frente de uma instituição tão importante, porque me entristece quando alguém diz que o cara do motorhome vai competir com o cara do hotel.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Não compete.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Até porque quem tem motorhome não fica em hotel, vamos começar por aí, né?

O SR. HÉLIO DAGNONI – E ele também não é comerciante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Perfeito. E essa pessoa, ao visitar a cidade, vai fazer propaganda, vai tirar foto, vai marcar, vai convidar os parentes que não têm motorhome e, aí, esse sim... Então esse espírito de coletividade é que a gente precisa ter também dentro do nosso Estado para melhorar cada vez... O Estado é um só e cada um com as suas características consegue atrair diferentes públicos.

Uma dúvida que eu tenho e queria ouvir do senhor, se puder resumir o máximo possível, para sairmos daqui com a sua perspectiva sobre a reforma tributária, que a gente tem tanto falado. As duas propostas que se apresentam, ao que tudo indica, podem trazer um incremento forte de custo para o setor de serviços. Como a Fecomércio observa essas movimentações que estão acontecendo?

O SR. HÉLIO DAGNONI – Nós temos uma turma já estudando em cima disso, que é bem capacitada para trabalhar com isso. Ontem, inclusive, eu fiz um vídeo com uma bandeja de um jogo de botão. Então nós colocamos todos os botões com todos os problemas, as cargas tributárias disso tudo, e colocamos um botão do lado de fora, que é o contribuinte. O contribuinte não está fazendo parte desse jogo, e precisa ser bem lembrado aqui o quanto ele vai pagar.

Os fiscais, quando conversavam conosco, diziam assim: Hélio, não é você que paga imposto, é o consumidor. E eu concordava, eu sou o repassador do imposto. Muito bem, mas eu também sou comprador, eu também sou contribuinte, eu faço compra em supermercado, faço compra em farmácia, faço compra no comércio em geral. Nós estamos trabalhando nisso, vendo o que podemos facilitar para o empresário. Foi aquela fala que eu disse que o empresário quer trabalhar, quer gerar emprego, renda e hoje ele está se preocupando cada vez mais com o negócio de tributos, tributos e tributos.

Então, a partir da hora que começar a ser elencado e de que maneira será feito, porque está muito recente... Quer dizer, está há trinta anos na prateleira, vamos falar a verdade. Mas a partir do momento que começam a ser tomadas as decisões... Porque é aquilo que eu digo, o contribuinte, nós estamos fora do jogo, mas ele depende do Deputado Federal para fazer isso aí. Então daí é que a gente vai se aperceber do que fazer.

Eu fiquei três dias no Senado e na Câmara Federal discutindo aqueles 5% que o Freixo queria pegar para a Embratur, do Sesc e do Senac, e eu fui um dos mentores por estar trabalhando lá dentro com diversas pessoas, e depois

conseguimos... Até me chamaram a atenção, chegaram lá e falaram: Hélio, o Deputado Jaques Wagner quer falar contigo para fazer um acordo. E eu disse que não ia fazer acordo com ele, que não tinha nada a ver com baiano, embora ele seja carioca. E disseram: Hélio, não fala assim do Senador, vai lá e escuta ele e não sei o quê. No final me convenceram e aí ele disse: eu vou lá na tribuna e vou dizer que nós vamos tirar os artigos 11 e 12 disso aqui, não vai entrar, e o Presidente Lula já me autorizou isso. Acabamos indo até falar com o Lira, falar com o Pacheco de volta, aquele trâmite todo.

Então, é desse trâmite que esse contribuinte, às vezes, precisa participar lá dentro, porque ele não sabe quanto que o empresário está aqui... Porque cada tipo de empresa tem uma legislação diferente. Nós sabemos que tem muita carta na manga aí, que tem o TTD. Então, para que é o TTD? Para quem que fica isso? Só os fortes? Só os pequenos? Só os grandes, os médios? *[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar]*

Por isso a gente, às vezes, não pode compartilhar um negócio desses. A gente estuda muito isso, até não posso nem citar nomes aqui, porque tem gente que leva tanta vantagem que se nós abrirmos uma empresa do mesmo naipe e tudo, nós vamos perder no preço final por causa da diferença do TTD. Mas a gente está lincado nisso aí, estamos vendo, inclusive a própria CNC tem lá uma equipe muito grande que está fazendo um apanhado de Estado por Estado para ver o que pode trazer. Por exemplo, o agro sempre foi beneficiado, e eu até concordo, que é para o povo ficar no campo, né, onde tira do hortifruti, de diversas áreas que não tem imposto, nada, mas eles estão lá produzindo.

Há muitos anos eu costumo dizer que o mundo é uma panela, e quem tem comida para botar dentro dessa panela é o Brasil. Então, nós temos que estar abraçados com o agro, com a indústria, com o comércio, porque eu sem a indústria não tenho produto para vender. Agora, quando eu comentei que vem produto da China, ele não é produzido aqui, eu também não estou vendendo, quer dizer, o governo precisa cada vez mais de dinheiro, que são os impostos, de onde ele arrecada, que é um dinheiro privado que se torna público e, de repente, está perdendo nisso aí.

Mas estamos trabalhando e se tiverem sugestão, estamos de braços abertos na Fecomércio para receber qualquer ideia para podermos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Presidente, nós temos dez minutos para encerrar.

Quero registrar que o Brasil perde R\$200 bilhões por ano de descaminho, contrabando e pirataria, sendo R\$6 bilhões aqui em Santa Catarina. E também para deixar registrado, se nós temos hoje um Presidente que é contra o agro, se nós temos hoje um Presidente que quer cobrar taxa do Pix da Caixa Econômica, então o que vamos esperar dessa reforma tributária, com todo o respeito.

Para finalizar, para as suas considerações finais, o que nós temos que fazer é o dever de casa, e aí entra essa questão que eu estava falando da tecnologia e entra o e-commerce, também.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Hoje, quem tiver só loja física vai estar com dificuldade. Veja que o mercado varejista brasileiro fechou, em um ano, 150 lojas físicas. Isso não tem mais volta.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Ele saiu quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – É algo que não dá para combater, a Internet está aí e nós temos é que qualificar o pessoal para também trabalhar no comércio eletrônico.

Deputados, e se tiverem mais alguma colocação... (Pausa.)

Então quero agradecer a participação do Hélio, é muito bom ter você aqui e passo a palavra para as suas considerações finais. A Comissão está à disposição sempre.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Eu também agradeço a oportunidade. Mas quero dizer que a CNC, junto com as Federações, nos mês passado estive em Lisboa, no World Trade Center Lisboa, inaugurando um andar do Brasil, que foi a porta de entrada para desenvolver e mostrar o turismo do Brasil para vender para a Europa, inclusive nós já estamos em negociação com a TAP, que está sendo negociado lá, com todas as despesas de quem está indo negociar bancada por nós, CNC e Fecomércio, que é para trazer um voo direto de Portugal para Florianópolis. Então tem muita gente trabalhando isso nos bastidores.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Pode ir lá, no World Trade Center.

Então, o que estamos querendo fazer é o bem...

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Ainda não está fechado, está precisando de alguma coisa, vai o ICM em cima do combustível, não é, Carlos Alberto, mas...

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Estamos querendo, sim, estamos querendo muito isso aí. Mas tem sempre aquele negócio... para você ter uma ideia, na época que o Lula estava em Lisboa eu também estava, ele foi proibido de ir no Parlamento, ele tem muitas restrições lá. Então uma empresa, como uma TAP, enquanto nós tivermos um Presidente aqui que eles estão querendo assinatura de compromisso dos empresários e não do Presidente – e eu não tenho nada a ver com político, nada –, isso é um diferencial que a gente tem que trazer.

Quero agradecer muito o convite para vir aqui, estamos abertos e quero dizer também que nós aceitamos muitas sugestões, às vezes certos setores do Estado de Santa Catarina estão precisando de um curso específico, nós podemos fazer o curso, conforme a necessidade daquela região precisa. Nós podemos fazer isso.

Nós lançamos agora um curso que muita gente achou que não ia funcionar e está funcionando 100%, que é o curso de drone. Aqui em Florianópolis, por exemplo, o curso está lotado, porque o pessoal está fazendo o curso para filmar casamento, para vender terreno que, às vezes, está murado e não consegue ver, inclusive o pessoal da dengue pediu o curso também, porque às vezes ele consegue ver se uma piscina, que ele só vê por drone, está com água boa ou não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Tem professor ali, se quiser já te indico.

O SR. HÉLIO DAGNONI – Isso é muito bom, é uma tecnologia que a gente está trazendo, apresentando para todos. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Muito bom Presidente.

Hoje o nosso Ensino Médio de Santa Catarina é o quarto pior do Brasil, então nós precisamos mesmo desses investimentos, desses cursos, e o custo da aviação hoje 40% é combustível, né?

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

É 45%, aumentou? Semana passada era 40%.

O SR. HÉLIO DAGNONI – É a velocidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Santa Catarina tem o maior imposto aqui dos três Estados, né, por conta do marco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – É, 7%. Paraná e Rio Grande do Sul, 2%, 4%

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – É, 2% e 4%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto) – Complicado.

Mas, presidente, conte conosco, a Comissão está sempre de portas abertas. E obrigado, senhores Deputados.

Muito obrigado pela presença de todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a nossa reunião da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira]

Deputado **Jair Miotto**

Presidente

Processo SEI 23.0.000033601-7

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 05 de julho de 2023, às 17h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Lucas Neves, com a presença dos demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Fernando Krelling, Deputado Marquito e Deputado Maurício Peixer. Justificada a ausência do Deputado Marcius Machado, conforme Justificativa nº 0890939. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação as atas da 1ª reunião ordinária e da 1ª reunião extraordinária da 1ª sessão legislativa 20ª legislatura, que foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor

Presidente passou à Ordem do Dia: PL/0475/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “institui a cobrança de multa pelo porte e uso de entorpecentes em ambientes públicos”; exarou parecer favorável, nos termos da Subemenda Modificativa à Emenda Substitutiva Global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marquito. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Gustavo da Silva Santos, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 05 de julho de 2023.

Deputado **Lucas Neves**

Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas

Processo SEI 23.0.000033733-1

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 11 de julho de 2023, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Gerri Consoli, Deputado Oscar Gutz, Deputado Camilo Martins, Deputado Emerson Stein e Deputado José Milton Scheffer. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 4ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes e fazendo a sua autodescrição. Em seguida, submeteu à apreciação a ata da 3ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, de 17 de maio de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou à leitura das matérias constantes da ordem do dia: RCC/0097/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, para a realização do Seminário com tema Autismo, em parceria com a APAE de Orleans, a ser realizado em outubro do corrente, que, posto em discussão e em votação, foi aprovado por unanimidade; RCC0112/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, para a realização de um Seminário com o Tema Educação Especial, em parceria com Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, a ser realizado em setembro do corrente ano, que, posto em discussão e em votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/0113/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, para a realização do Evento: "4º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva CBTA 2023", a ser promovido em parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial FCEE, a Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC e a Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, a ser realizado entre os dias 06 e 10 de novembro de 2023, na cidade de Florianópolis. O evento tem como objetivo disseminar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que promovam, à pessoa com deficiência, incapacidade e mobilidade reduzida, maior independência, favorecendo ou ampliando a sua comunicação, mobilidade e/ou controle do ambiente, bem como o aprimoramento de suas habilidades, melhorando desta forma sua qualidade de vida e promovendo a sua inclusão laboral, escolar e social. Posto em discussão e em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor Deputado Gerri Consoli, relatou o PL./0077/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Pessoas com Deficiência Física, Águias de Concórdia e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina para fazer constar nele o nome de tal entidade; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente deu continuidade com o relato do PL./0351/2022, de autoria do Deputado Mauro de Nadal que Acrescenta art. 28-A na Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para dispor sobre o prazo de validade do laudo que ateste o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destacando os seguintes Projetos de Lei apensados a este: PL./0043/2023 de autoria do Deputado Julio Garcia, que dispõe sobre o prazo de validade do laudo e perícia médica que atestam deficiências de caráter permanente no âmbito do estado de Santa Catarina; PL./0039/2023 de autoria do Deputado Repórter Sérgio Guimarães, que estabeleça o prazo de

validade indeterminado para o laudo médico pericial que atesta o transtorno do espectro autista – TEA; e o PL./0012/2023 de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que altera o art. 5º da lei 17.292/2017, que "consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para determinar o prazo de validade do laudo médico que ateste a deficiência permanente. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida fez os seguintes comunicados: propondo a todos os membros da comissão o convite para a Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, a Sra. Jeane, para que nossa próxima reunião apresente a prestação de contas e relatório das atividades deste novo mandato, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Encerrou estendendo os parabéns a APAE de Jaraguá do Sul, que naquela data, completou 50 anos de fundação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adéterson David dos Passos Crispim, assessor técnico da Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Presidente

Processo SEI 23.0.000033536-3

————— * * * —————

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 11 de julho de 2023, às 14h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Tiago Zilli e Deputado Pepê Collaço. A senhora Deputada Luciana Carminatti, justificou sua ausência a esta reunião através do OFÍCIO INTERNO Nº 538/2023/GAB-DEP-LUCIANE CARMINATTI. O senhor Deputado Nilso Berlanda, também participou da reunião. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão cumprimentando os presentes, passou à leitura da matéria constante da ordem do dia: o senhor Presidente comunicou aos pares ter avocado o PLC./0011/2023, de autoria do senhor Deputado Nilso Berlanda que Revoga o art. 13 da Lei Complementar nº 809 de 2022, que "Dispõe sobre os Fundos Relativos ao Sistema penal do Estado e estabelece outras providências", apresentando seu relato pela aprovação que posto em discussão, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Napoleão Bernardes, que enalteceu a importância do trabalho no ambiente prisional, e que pesquisas mostram que os índices de reincidência caem para 10%, quando os egressos tem oportunidade de trabalho, e os que não tiveram a oportunidade de trabalho os índices de reincidência é de 90%, o deputado concluiu sua fala dizendo que pratica do trabalho dentro do presídio são menos crimes na rua. O senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Nilso Berlanda, autor do projeto, que na sua fala deu detalhes do projeto em discussão, que tem como objetivo a ressocialização do detento, cuja renda destinada ao detento que trabalha, que é de um salário mínimo, 75% são destinados a família do detento, e 25% fica para o complexo prisional, que ajuda a custear as despesas que o Estado tem com cada detento, além de reduzir em 1/3 a pena, que posto em votação foi aprovado por unanimidade. E, não havendo nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia. Sala das Comissões, 11 de julho 2023.

Deputado Jessé Lopes

Presidente da Comissão de segurança Pública

Processo SEI 23.0.000033387-5

————— * * * —————

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às quinze horas, em cumprimento ao artigo 135, §2º, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Presidente Camilo Martins, abrindo os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Tributação, referente à 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça: O Presidente Camilo Martins, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Pepê Collaço, Deputado Tiago Zilli e Deputado Antídio Lunelli, em substituição ao Deputado Volnei Weber, conforme ofício nº 0116/2023. Ausência justificada do Deputado Marcius Machado, conforme ofício nº 0864537/2023 e Deputado Repórter Sérgio Guimarães, conforme ofício nº 0885775/2023. Pela Comissão de Finanças e Tributação: o Presidente da Comissão Deputado Marcos Vieira, e os membros: Deputado Jessé Lopes, Deputado Antídio Lunelli, Deputado Mario Motta e Deputado Lucas Neves. Ausência justificada do Deputado Fernando Krelling, conforme ofício nº 0863150/2023, Deputado Jair Miotto, conforme Ato da Presidência nº 112-DL; e da Deputada Luciane Carminatti, conforme ofício nº 541/2023. Havendo quórum regimental nas Comissões, o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça passou a palavra ao relator, da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Pepê Collaço e relator da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, que relataram as seguintes matérias: [PL./0231/2023](#), de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis e estabelece outras providências”. Exarado parecer conjunto favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças e Tributação. [PLC/0016/2023](#), de autoria da Mesa, que “Altera a Resolução nº 002, de 2006, que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para transformar cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”. Exarado parecer conjunto favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças e Tributação, por maioria com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. [PLC/0017/2023](#), de autoria da Mesa, que “Altera a Resolução nº 01, de 2006, que ‘Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências’; e a Resolução nº 002, de 2006, que ‘Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências’, convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de criar a estrutura da Corregedoria Parlamentar, da Secretaria da Mulher, da Secretaria da Família e das Bancadas Regionais”. Exarado parecer conjunto favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças e Tributação, por maioria com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. Nada mais havendo a tratar, os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, e Comissão de Finanças e Tributação, agradeceram a presença dos Deputados membros e demais presentes, e encerraram a reunião. E para constar, eu, Fabiano Henrique da Silva Souza, Coordenador das Comissões, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala de Reuniões das Comissões, 11 de julho de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 23.0.000033589-4

_____ * * * _____

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 02 de agosto de 2023, às 9h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Neodi Saretta e

da Vice-Presidência o Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, os Senhores Deputados membros da Comissão de Saúde: Deputado Maurício Peixer e Deputado Lucas Neves. Justificada ausência do Senhor Deputado José Milton Scheffer, conforme Ofício Interno nº 0892377/2023/GAB-DEP-JOSE MILTON SCHEFFER. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, cumprimentando todos os presentes. Posteriormente, o Senhor Presidente passou à leitura da Sinopse de correspondência e outros documentos recebidos: Despacho SEI 0854120, da Excelentíssima Senhora Deputada Luciane Carminatti, no qual solicita o cancelamento do Requerimento RCC/0070/2023 - Seminário "Movimento de Mulheres Camponesas 40 anos de Existência", encaminhado à Comissão de Saúde; Of. Nº 151/2023, do Presidente da Câmara de Vereadores de Quilombo/SC, Vereador Angelo Campagnolo, encaminhando Moção de Apelo N. 006/2023, proposição do Vereador Anderson Welter, que tem como "objetivo sensibilizar as instituições governamentais sobre a importância da criação de programas institucionais, campanhas televisivas e radiofônicas que tenha como foco, a informação, a educação e a desmistificação de um assunto que é tratado pela sociedade e pelas famílias como um grande tabu: transtorno depressivo maior ou distúrbio depressivo maior, popularmente conhecido como "depressão"; Ofício Nº 117/2023, de autoria do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Vereador Diego Baretta, encaminhado Moção de Apelo Nº 39/2023 de autoria do Vereador Rafael Bof, solicitando ao Governo do Estado de Santa Catarina a "sensibilização para criação de Vagas Permanentes de UTI no estado: vagas de UTI Neonatal, Pediátrica, Adulto e de Terapia Intensiva" e também atualizar os parâmetros de vagas de UTI Neonatal de 2 para 4 leitos para cada grupo de 1000 nascidos vivos, conforme determina a Sociedade Brasileira de Pediatria. Ato contínuo, o Senhor Presidente determinou à assessoria o envio do Of. Nº 151/2023 e Ofício Nº 117/2023 à Secretaria de Estado da Saúde para conhecimento e providências cabíveis. Em seguida, o Senhor Presidente passou a leitura do Ofício da Senhora Maria Círia Aragão Zunino, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Santa Catarina, solicitando a participação da Rede Feminina de Combate ao Câncer em reunião nessa Comissão de Saúde. Dando continuidade à pauta, o Senhor Presidente passou à Ordem do dia: RCC/0127/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que requer aos membros desta Comissão, atendendo solicitação da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Santa Catarina, a deliberação pela aprovação da participação da Rede Feminina – RFCC, em reunião ordinária desta Comissão em data a ser definida; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Na sequência, o Senhor Presidente, passou a palavra ao Deputado Lucas Neves, que relatou o PL./0172/2023 – Autora: Deputada Luciane Carminatti. "Altera o anexo único da Lei nº 18.531, que "consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado", para acrescentar a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia"; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, Senhor Presidente informa que o Deputado Sérgio Guimarães solicitou a retirada de pauta do PL./0113/2023, de autoria do Deputado Marquito que "Altera a Lei n. 17.580/2018 que dispõe sobre a distribuição, o preenchimento e o fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para profissionais que realizam parto domiciliar para incluir as parteiras tradicionais", que após consulta aos demais Deputados presentes, o referido Projeto foi retirado de Pauta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Carlos Vinícius Lannes Duering, Assessor Técnico de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia. Sala de Reuniões das Comissões, 02 de agosto de 2023.

Deputado **Neodi Saretta**

Presidente da Comissão de Saúde

Processo SEI 23.0.000032519-8

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 08 de agosto de 2023, às 09h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência da senhora Deputada Ana Campagnolo e vice-presidência do Deputado Camilo Martins, os demais senhores Deputados membros da

Comissão: Deputado Emerson Stein, Deputado Ivan Naatz, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Neodi Saretta. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a 1ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 1ª reunião ordinária da comissão de pesca e aquicultura da 1ª sessão legislativa da 20ª legislatura, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Iniciando a ordem do dia, a Presidente submeteu à apreciação o requerimento RCC/0131/2023, de sua autoria, requerendo expedição de ofício para o Ministério de Pesca e Aquicultura, solicitando vaga de convidado para o Grupo de Trabalho Técnico da safra da tainha 2024, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Extinta a pauta, a Senhora Presidente encerrou a reunião. E, para constar, eu, Victor Amato, Assessor de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pela Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada **Ana Campagnolo**

Presidente

Processo SEI 23.0.000033538-0

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de agosto de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente Deputado Volnei Weber, conforme solicitação do Senhor Presidente Deputado Ivan Naatz, que acompanhou os trabalhos da Comissão por videoconferência, e os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Antídio Lunelli, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Matheus Cadorin, substituindo o Deputado Lucas Neves (conforme Ofício Interno nº 0901471/2023), Deputado Mário Motta e Deputado Maurício Peixer. Havendo quórum regimental, o Senhor Vice-Presidente abriu a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 6ª Reunião Ordinária, que, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Matheus Cadorin, que fez a leitura do relatório da Deputada Luciane Carminatti ao PL./0016/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Infraestrutura Pesqueira no Estado de Santa Catarina, denominado ‘Inova Pesca SC’ e adota outras providências”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Mário Motta, que relatou as seguintes matérias: PL./0264.1/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Extingue serventia extrajudicial instalada no distrito de Guaporanga, no Município de Biguaçu”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0194.4/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que “Altera a Lei nº 6.695, de 1985, que ‘Autoriza a doação de área de terras à União Catarinense dos Estudantes’, permitindo a utilização de parte do imóvel em que está instalada a sede da entidade para fins de locação, com recebimento de valores para garantir sua subsistência”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi solicitado pedido de diligência à Casa Civil e para Secretaria de Estado da Administração, que foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente solicitou inclusão de extrapauta, e passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer, que fez a leitura do relatório do Deputado Lucas Neves ao PEC/0004/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, que “Altera o § 1º do art. 45 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para dispor sobre a convocação de suplente de Deputado”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Roberto Curcio, Assessor Técnico de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 9 de agosto de 2023.

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Processo SEI 23.0.000033570-3

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 271/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação de Proteção Animal de Canoinhas - Grupo Resgates.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Proteção Animal de Canoinhas - Grupo Resgates, com sede no Município de Canoinhas.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/23

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

CANOINHAS	LEIS
.....
Associação de Proteção Animal de Canoinhas - Grupo Resgates	
.....

"(NR)

Sala das Sessões,

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação de Proteção Animal de Canoinhas - Grupo Resgates, com sede no Município de Canoinhas, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.

Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, a Associação Proteção Animal de Canoinhas - Grupo Resgates tem por finalidade: envidar esforços a fim de dar proteção e assistência a animais abandonados, doentes ou sadios; contribuir para a recolocação de animais em lares, sob o regime de adoção responsável, com processos de acompanhamento na fase de adaptação; e promover serviços voluntários relativos à causa animal, entre outros objetivos.

Ante o exposto, conto com meus Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

* * *

PROJETO DE LEI N° 288/2023

Altera a Lei n° 12.383, de 2002, que dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família.

Art. 1° O art. 1° da Lei n° 12.383, de 16 de agosto de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1°

§ 6° Observados a forma, os limites e as condições previstos na regulamentação desta Lei, poderá ser inscrito no Cadastro de Produtor Primário o produtor que apresente declaração emitida pelo Município com a informação de que seu núcleo familiar desenvolve atividade em assentamento.

§ 7° O ato de inscrição no Cadastro de Produtor Primário não caracteriza ou reconhece direito de posse ou propriedade sobre os imóveis informados no cadastro, devendo-se observar o disposto no Código Civil sobre os termos de posse ou propriedade, servindo o presente cadastro apenas para fins fiscais.”(NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/23

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa regulamentar a situação dos pequenos produtores rurais, cuja produção se desenvolve em áreas de assentamento, passando a incluí-los no Cadastro de Produtor Primário, desde que apresentem declaração emitida pelo Município com a informação de que seu núcleo familiar desenvolve atividade em assentamento e, assim possam emitir a nota de produtor rural e realizar a comercialização de seus produtos.

Pelos motivos acima apontados, espero contar com apoio dos meus Pares para aprovação deste Projeto.

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA N° 875, de 17 de agosto de 2023**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n°s. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR ADAILTON LUIZ CORREA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento Pedagógico, código PL/DAS-5, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DG- ESCOLA DO LEGISLATIVO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000033646-7

_____ * * * _____

ATO DA MESA N° 876, de 17 de agosto de 2023

Revoga o Ato da Mesa n° 244, de 2022, que “Regulamenta o trabalho remoto no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.”

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, conforme dispõe o parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o Ato da Mesa n° 244, de 12 de maio de 2022 e a Portaria n° 760, de 13 de maio de 2022.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 4 de setembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000006329-4

— * * * —

ATO DA MESA N° 877, de 17 de agosto de 2023

Constitui Comissão Organizadora de Concurso Público cuja atribuição é a de orientar e acompanhar, em todas as suas fases, o concurso público destinado ao provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, e considerando os autos do Processo SEI 22.0.000005789-8,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão Organizadora de Concurso Público cuja atribuição é a de orientar e acompanhar, em todas as suas fases, o concurso público para provimento dos cargos vagos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de que tratam os autos do Processo SEI 22.0.000005789-8.

Art. 2º Integram a Comissão Organizadora de Concurso Público os seguintes servidores:

I – Janaina Mella, matrícula 7178, que a presidirá;

II – Gutieres Baron, matrícula 5361;

III – Juliana Schappo Fermino, matrícula 6810;

IV – Larissa Garcia Martins, matrícula 6867; e,

V – Elias Amaral dos Santos, matrícula 6332.

Parágrafo único. Aos servidores de que trata o *caput* fica atribuída a gratificação a que se refere o art. 85, V, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, equivalente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, a contar da comunicação da instalação da Comissão à Diretoria de Recursos Humanos.”

Art. 3º Fica revogado o Ato da Mesa n. 232, de 27 de abril de 2022.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000005789-8

— * * * —

ATO DA MESA N° 878, de 17 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17º e 31º da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução n° 009, de 19 de dezembro de 2013,*

c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR a servidora **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2023 (DG - DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000033779-0

ATO DA MESA Nº 879, de 17 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 22.0.000014059-0,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015*

Art. 1º **CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI-23, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

I - 10,00% (dez por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e o valor do cargo de provimento em comissão código PL/DAS-8, mediante substituição de 10% (dez por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e do valor do vencimento do cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, atualmente correlacionado com o de nível PL/DAS-6, concedido pela Resolução nº 1336/92, conforme processo SGD nº 3416/2019;

II - 10% (dez por cento) do valor da Gratificação de Exercício inerente ao cargo de Diretor-Geral, equivalente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-7, conforme processo SGD nº 3416/2019;

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar da exoneração do cargo em comissão.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000014059-0

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2158, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR LORRAINE LAISLA CARDOSO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-71, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (LIDERANÇA DO NOVO – HERVAL D'OESTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000033498-7

PORTARIA N° 2159, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **PAULA ANACLETO DE SOUZA SIERRA**, matrícula n° 12000, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de agosto de 2023 (GAB DEP PEPE COLLACO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000033600-9

————— * * * —————

PORTARIA N° 2160, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR CLESIO SANTOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP IVAN NAATZ – LAGES).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000029371-7

————— * * * —————

PORTARIA N° 2161, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR GABRIEL BIANCHET, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP PEPE COLLAÇO – ARMAZEM).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000033650-5

————— * * * —————

PORTARIA N° 2162, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 033/2028, firmado pela ALESC e a empresa PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, a fim de atender as demandas da DCS - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 033/2018, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula nº 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula nº 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula nº 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1175, de 20 de março de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

———— * * * ————

PORTARIA Nº 2163, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 001/2019, firmado pela ALESC e a empresa RC3 CINEMA E TELEVISÃO LTDA, a fim de atender as demandas da DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 001/2019, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula nº 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula nº 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula nº 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1179, de 20 de março de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

———— * * * ————

PORTARIA N° 2164, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 002/2022, firmado pela ALESC e a empresa GHIROTTI PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELIA, a fim de atender as demandas da DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 002/2022, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula n° 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula n° 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1° Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula n° 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2° Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa n° 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Fica revogada a Portaria n° 1180, de 20 de março de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

PORTARIA N° 2165, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 052/2022, firmado pela ALESC e a empresa ALPHA VISION COMERCIO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES, a fim de atender as demandas da DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 052/2022, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula n° 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula n° 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula nº 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1181, de 20 de março de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

PORTARIA N° 2166, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 052/2019, firmado pela ALESC e a empresa BEMLOCAR SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI, a fim de atender as demandas da DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 052/2019, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula nº 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula nº 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula nº 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1880, de 28 de junho de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

PORTARIA N° 2167, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação nº 001/2023, firmado pela ALESC e a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, a fim de atender as demandas da DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Cooperação nº 001/2023, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – DAYAN GAULTYER SCHUTZ, matrícula nº 6745, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, lotação DG - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, como Gestor; e

II – EDUARDO FERNANDES GONSALVES, matrícula nº 12211, COORDENADOR DE TV, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUIS GUILHERME SELLA RIGONI, matrícula nº 6303, ASSESSOR TÉCNICA-CONSULTORIA, lotação DCS - COORDENADORIA DE TV.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1559, de 5 de maio de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033299-2

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2168, de 16 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23.0.000033430-8,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora FLAVIA GODOY SILVA, matrícula nº 9665, para **FLAVIA GODOY CAMPOS**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Escriwania de Paz do Distrito de Barreiros, matrícula nº 10871201552023200057168001141267.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000033430-8

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2169, de 17 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, na DTI - COORDENADORIA DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO, a contar de 16 de agosto de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000031072-7

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2170, de 17 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANA PAULA TAVARES FAGUNDES**, matrícula nº 9610, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de agosto de 2023 (GAB DEP PAULINHA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000033717-0

PORTARIA Nº 2171, de 17 de agosto de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP PAULINHA – CAÇADOR).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000033835-4

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO

EXTRATO Nº 476/2023

REFERENTE: 2º Termo Aditivo celebrado em 15/08/2023, referente ao Contrato CL nº 066/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de obras de serviço comum, concernentes à Recuperação Estrutural, Impermeabilização da laje intermediária e outros serviços do Palácio Barriga Verde, edifício sede da ALESC, situado na Rua Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Florianópolis, SC, com fornecimento de mão de obra qualificada e de todos os materiais necessários.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Berkana Engenharia Ltda.

CNPJ: 83.190.595/0001-12

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de execução dos serviços contratados, previstos na cláusula 5.1 do contrato original, por um período de 30 (trinta) dias.

VIGÊNCIA: 01/08/2023 a 31/08/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, incisos I, III e V, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato original; Atos da Mesa nº 149/2020 e nº 195/2020; Autorização Administrativa através do despacho exarado pelo Diretor-Geral (0892844), nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 23.0.000031028-0.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes - Diretor-Geral

Vitor Luiz Soares Bartelega – Diretor Administrativo

Marlene de Souza - Sócia - Berkana Engenharia Ltda.



Processo SEI 23.0.000031028-0



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia